



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CAIO ZUCCHINALI

CORPOS GLOBALIZADOS:
UM ESTUDO SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO LGBTI

FLORIANÓPOLIS

2019

CAIO ZUCCHINALI

CORPOS GLOBALIZADOS:

UM ESTUDO SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO LGBTI

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a aquisição do grau de Bacharelado em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Jaime Cesar Coelho

FLORIANÓPOLIS

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Zucchinali, Caio
Corpos globalizados : Um estudo sobre a
internacionalização do movimento LGBTI / Caio Zucchinali ;
orientador, Jaime César Coelho, 2019.
64 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Movimento LGBTI. 3.
Ativismo internacional. 4. Internacionalização de
movimentos sociais. 5. Redes de advocacy transnacionais.
I. Coelho, Jaime César. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota **10** ao aluno Caio Zucchinali na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jaime Cesar Coelho

Orientador

Profª. Drª. Grazielly Alessandra Baggenstoss

Membro da banca

Prof. Dr. Lucas Pereira Rezende

Membro da banca

A todas e todos os que lutam pela educação pública, de qualidade, gratuita e democrática;
Àquelas e àqueles, que com coragem e resistência, constroem um futuro de liberdade, igualdade e diversidade.

AGRADECIMENTOS

Aos colegas e amigos que tive o prazer de conhecer ao longo destes anos, na AIESEC, faculdade, lugares onde trabalhei e nas mais diversas circunstâncias: cada um de vocês contribuiu para que eu me tornasse uma pessoa melhor, menos egoísta, mais consciente e mais empática. Muitos de vocês (em especial a minha turma, RI 2014.2) foram essenciais na trajetória da minha graduação. Os melhores momentos destes 5 anos foram compartilhados com vocês e nosso processo de amadurecer juntos sempre fará parte da minha memória. Obrigado!

Às minhas professoras e professores, por darem um exemplo concreto de dedicação, profissionalismo e sabedoria: Graciela, Patrícia, Clarissa, Jaime, Miguel, Grazy e tantos outros. Vocês me fizeram acreditar novamente na educação libertadora e crítica. Obrigado por me darem esperança de um futuro melhor! À Cléo, que desde o Ensino Médio me desperta um incômodo pelo *status quo* e me fez perceber que sou de humanas!

Ao Fernando, por ter me ajudado a resgatar uma versão de mim mesmo que há tempos estava esquecida. Por me conectar de novo com meus sentimentos, sensibilidade, capacidade de amar e ser amado, sempre serei grato.

Aos meus amigos da SATC, por serem sempre um “lugar seguro” e terem um gostinho especial de casa, mesmo depois de tanto tempo.

À AIESEC, por ter me virado de cabeça pra baixo e me mostrado meus melhores e piores lados. Por me apresentar aos meus grandes amigos e me permitir viver os melhores anos da minha vida. Ubuntu, Kínisi e Solymar: esses nomes que parecem não ter o menor sentido representam os três grupos que mais me ensinaram e desafiaram e sou grato a cada uma forma diferente e especial. Vocês também foram essenciais para que eu conseguisse passar por esse processo! Bittar, Camerano, Camassola e Gabi Toso, em particular, por estarem perto de mim quando mais precisei e por comemorarmos juntos sempre que possível.

Por fim, aos meus pais, Lúcio e Edna. Porque nem nos meus melhores sonhos eu esperava tanto amor, carinho, cuidado e empatia. Apesar de todo apoio (financeiro, emocional, espiritual, logístico, psicológico...), o maior presente que eu recebi foi me sentir abraçado e amado independente de qualquer coisa. Nenhum mestre, doutor ou livro jamais conseguirá ensinar tanto sobre amor como vocês. Que sorte a minha tê-los como exemplo! Que sorte a minha tê-los ao meu lado!

Eles são muitos, mas não podem voar

(Ednardo)

RESUMO

A presente monografia é um estudo da internacionalização do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros e intersexuais, que objetiva explorar como ocorre esse processo e avaliar os resultados decorrentes dele no Sistema Internacional. No primeiro capítulo, conceitua-se o movimento estudado dentro do universo dos movimentos sociais à luz da teoria de autores como Cox, e Foweraker. Além disso, contextualiza-se a opressão LGBTI, traçando um panorama das principais evoluções e marcos desse movimento. Na segunda parte do trabalho, analisa-se a teoria da internacionalização de movimentos sociais (especialmente com base na construção teórica de Keck e Sikkink) e formação de redes transnacionais de ativistas, explorando as possíveis formas de constituição e atuação desses grupos. No terceiro capítulo explora-se o processo de internacionalização dos movimentos LGBTI a partir dos principais acontecimentos e problematizações relacionadas, com o estudo de autores como Jark, Gonzaga e Ayoub. Por fim, são apresentados os resultados da pesquisa, em uma análise qualitativa de caráter exploratório-dedutivo, que contém, além da análise do autor, sugestões de aprofundamento e continuação do presente trabalho.

Palavras-chave: Ativismo internacional. Movimento LGBT. Redes de *advocacy* transnacionais. Movimentos sociais internacionais. Construção de identidade.

ABSTRACT

The present work is a study of the internationalization of the lesbian, gay, bisexual, transgender, and intersex movement, which aims to explore how this process occurs and to evaluate its results in the International System. The first chapter conceptualizes the referred movement within the universe of social movements, in the light of the theories of authors such as Cox and Foweraker. Besides that, the LGBTI oppression is contextualized and the main developments and milestones of the movement are outlined. In the second part of the work, the theory of internationalization of social movements (specially based in the theory constructed by Keck and Sikkink) and formation of transnational advocacy networks is analyzed, exploring possible forms of constitution and performance of these groups. The third chapter explores the internationalization process of LGBTI movements itself based on the main events and related problematizations, with authors such as Jark, Gonzaga e Ayoub. Finally, the research results are presented in a qualitative exploratory-deductive analysis, which contains, besides the author's analysis, suggestions for deepening and continuing the present work.

Keywords: International activism. LGBT movement. Activism networks. Transnational advocacy networks. Identity building.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 1 - Matriz heteronormativa.....	23
Esquema 2 - Linha do tempo do movimento LGBTI	27
Imagem 1 - Países que criminalizam a homossexualidade	29
Imagem 2 - Países que penalizam condutas homossexuais	30
Imagem 3 - Países que criminalizam a homofobia	30
Esquema 3 - O movimento LGBTI no Brasil	36
Imagem 4 - Primeira parada do Orgulho Gay em Nova Iorque	48
Esquema 4 - Linha do tempo da internacionalização do movimento LGBTI	53

LISTA DE SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EUA	Estados Unidos da América
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
ILGA	<i>International Lesbian, Gay, Transsexual Association</i>
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais
MST	Movimento dos trabalhadores Sem Terra
OEA	Organização dos Estados Americanos
OI	Organizações Internacionais
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSIG	Orientação Sexual e Identidade de Gênero

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 O MOVIMENTO LGBTI.....	16
2.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS: BREVE CONCEITUAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.2 O MOVIMENTO LGBTI: AS ORIGENS DA REPRESSÃO E A HISTÓRIA DA RESISTÊNCIA.....	21
2.3 O MOVIMENTO LGBTI NO BRASIL.....	31
3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE ATIVISMO.....	37
3.1 OS MOVIMENTOS TRANSNACIONAIS COMO VEÍCULO DE PRESSÃO.....	37
4 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO LGBTI.....	46
4.1 O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO.....	46
4.2 OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E GANHOS INSTITUCIONAIS.....	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	60

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2019 marca o 50º aniversário do que ficou conhecido como a “Revolta de Stonewall”, um levante de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais em um bar estadunidense contra a polícia local. Na década de 1960, conforme afirma Gorisch (2013), a população LGBTI dos Estados Unidos enfrentava uma verdadeira caçada, empreendida pela polícia, poder público e amplamente respaldada na opinião popular. Situação essa que, na verdade, não era exclusiva dos Estados Unidos e muito menos manteve-se restrita na década de 1960, visto que os corpos, as ações e o desejo de grupos com orientação sexual e identidade de gênero (OSIG) não-heteronormativas têm sido vítimas de repressão, controle e violência em diversos momentos do espaço e tempo. O ano de 1969 e a Revolta de Stonewall, entretanto, representam um marco ao longo dessa trajetória de opressão, uma vez que simbolizam o nascimento do movimento LGBTI contemporâneo.

Ao longo de 50 anos de trajetória, o movimento LGBTI foi capaz de alcançar diversas conquistas e avanços para a comunidade a qual representa. É indiscutível a crescente relevância da pauta em políticas públicas nacionais de diversos países, bem como em Organizações Internacionais, fóruns de debate transnacionais, ONGs e na mídia, vide Gonzaga (2017), Jark, (2018) e Terto e Souza (2013). Entretanto, apesar de tais avanços, a comunidade LGBTI ainda enfrenta uma série de opressões sistemáticas, institucionalizadas e violentas ao redor do mundo. De acordo com a Anistia Internacional, em 2019 cerca de 70 países consideram relações homossexuais um crime, sendo que em 11 deles a homossexualidade é punida com a pena capital. Além disso, mesmo os países que não criminalizam a diversidade sexual podem ser um lugar perigoso para o grupo. A exemplo do Brasil que, de acordo com a Transgender Europe (2016), só no ano 2015 foi palco do assassinato de 802 transexuais e pessoas de gêneros diversos, sendo considerado o país com mais crimes deste tipo reportados. Em 2019, o Brasil continua ocupando a primeira posição, com cerca de 180 assassinatos (o triplo do terceiro lugar, o México).

Tendo em vista o dado cenário de avanços e retrocessos, o movimento LGBTI tem articulado-se cada vez mais em torno da luta pela garantia dos direitos dessa população. Uma das formas mais marcantes de tal articulação ocorre no meio transnacional, com ONGs, observatórios, políticos e uma rede de ativistas que luta para trazer à tona a pauta e conquistar avanços na proteção das pessoas LGBTI. Tal articulação internacional tem obtido relativo

sucesso em gerar consciência no tema, bem como em inseri-lo na agenda de organizações internacionais (como a ONU, Mercosul, União Europeia e OEA).

Considerando essa perspectiva e as possibilidades de impacto positivo do ativismo LGBTI internacional, percebe-se a relevância de avaliar sua atuação. O presente trabalho tem como tema, portanto, a internacionalização do movimento LGBTI. Ou seja, estuda-se o processo de formação de uma rede global de ativistas, a inserção das pautas relacionadas à proteção dos direitos dessa população em organismos multilaterais e a influência mútua exercida pelo ativismo em diversas partes do mundo. Em tempo, utiliza-se ao longo deste estudo, a sigla LGBTI por ser a adotada por organizações referência no tema, como a Anistia Internacional e a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexuais.

Para a construção da pesquisa, partiu-se da seguinte pergunta de partida: de que forma ocorre a internacionalização do ativismo LGBTI e quais os impactos causados por esse processo no Sistema Internacional? Portanto, definiu-se o seguinte objetivo geral: analisar o processo de internacionalização do ativismo LGBTI e avaliar os seus efeitos no Sistema Internacional. A partir disso, surgem três objetivos específicos para o trabalho: 1) Conceituar o movimento LGBTI dentro do universo dos movimentos sociais; 2) Explorar a teoria de internacionalização de movimentos sociais e formação de redes transnacionais; 3) Analisar o processo de internacionalização do movimento LGBTI.

Este trabalho foi elaborado como uma revisão bibliográfica narrativa - com enfoque na análise e diálogo de diferentes teorias - sob o método dedutivo e com apresentação de resultados feita através de análises qualitativas, a fim de atender os objetivos definidos e responder às problemáticas centrais de pesquisa. A pesquisa bibliográfica foi o principal recurso nesta monografia, com o intuito de delimitar os temas trabalhados, explorar e relacionar conceitos. Para tanto, as principais fontes utilizadas são secundárias, como livros, artigos, revistas, publicações e relatórios. Uma parte considerável de autores e fontes utilizados nesta monografia tem origem estrangeira, sendo a tradução dos excertos utilizados feita pelo autor deste trabalho, em caráter não oficial.

O interesse pelo tema se dá uma vez que os tópicos de inclusão, diversidade e ativismo são ao mesmo tempo caríssimos à sociedade e negligenciados pela academia e poder público. Considera-se, ainda, de suma importância que os indivíduos que se identifiquem às pautas identitárias de OSIG contribuam cientificamente para o enriquecimento da pesquisa

brasileira no tema. Dessa forma, além de garantir representatividade, é possível explorar vieses que muitas vezes são deixados de lado por pesquisadores heteronormativos. Além disso, uma vez que o Brasil encontra-se numa realidade tão sensível ao LGBTI (especialmente para a população da letra T) e num contexto político tão delicado, a pesquisa e produção científica são, talvez, alguns dos únicos meios de superar uma relação de poder histórica e um processo de subjugação social. Partindo da hipótese de que a internacionalização dos movimentos LGBTI e do ativismo no campo dos direitos humanos vem tendo resultados significantes ao redor do mundo, entender como se dá esse processo, pode ser uma forma de iluminar futuros mais promissores à população LGBTI brasileira.

A fim de atingir o objetivo geral do estudo, este trabalho ocupou-se de uma revisão teórico-conceitual acerca do movimento LGBTI e seu processo de internacionalização, sendo a estrutura do trabalho dividida em três capítulos, os quais correspondem aos objetivos específicos citados anteriormente.

O primeiro capítulo consiste na conceituação do movimento LGBTI. Para tanto, entendeu-se ser necessário delimitar teoricamente os conceitos de movimentos sociais e sociedade civil, com enfoque nas diferentes formas de atuação civil ao longo do tempo. Para tanto, são utilizadas teorias da área dos movimentos sociais, principalmente Joe Foweraker, e o estudo de Robert Cox sobre a sociedade civil. Em seguida, traça-se um panorama histórico do movimento LGBTI a partir de Stonewall, explorando as principais motivações da opressão aos corpos com OSIG não-heteronormativas e os principais momentos da militância, com o auxílio das pesquisas de diversos autores, com destaque para Terto e Souza (2015), Gorisch (2013) e a obra de Judith Butler. Por fim, analisa-se brevemente a trajetória do movimento LGBTI brasileiro, seus principais marcos e evoluções a partir da década de 1970.

No segundo capítulo, este trabalho debruçou-se em analisar teorias acerca da internacionalização de movimentos sociais. Parte-se do princípio de que a globalização influenciou a atuação desses grupos - conforme Cox (1999) - e explora-se **principalmente** os pontos de vista de Keck e Sikkink (1998 e 1999) em seus estudos acerca das redes de ativismos transnacionais. Conceituou-se, então, as possíveis formas de constituição, atuação e impacto de tais redes em busca de alterações nos Regimes Internacionais e em legislações domésticas, com ênfase nos modelos teóricos produzidos por Keck e Sikkink e Sidney Tarrow.

Já no terceiro capítulo, é explorada a politização do tema das OSIG na esfera global e a trajetória de internacionalização do movimento LGBTI, bem como o processo de formação de suas redes transnacionais, seus focos e principais conquistas relacionadas à pauta. Estuda-se o enfoque do movimento na construção de uma identidade e narrativa globais (bem como as problematizações advindas disso), as principais variáveis do processo de internacionalização e também, de forma mais específica, a relação dessa dinâmica com organismos internacionais. Utiliza-se como principais marcos teóricos as pesquisas de Jark (2018), Gonzaga (2017) e Ayoub (2014;2019).

Por fim conclui-se que o trabalho atingiu seus objetivos geral e específicos, sendo possível responder à pergunta de partida. O principal resultado obtido - através da análise do processo de internacionalização do ativismo LGBTI - é a avaliação de que as maiores conquistas do movimento consistem em avanços dialéticos na construção de uma narrativa favorável à proteção dos direitos LGBTI. Apesar de consideráveis avanços nas legislações de diferentes países, entende-se que o principal papel do ativismo transnacional, porém, ocorre no campo da narrativa, através da significação e ressignificação de termos, bem como a

inclusão de pautas na agenda de Organizações Internacionais e ordenamentos jurídicos domésticos. Dessa forma, não é possível afirmar que o movimento ativista internacional LGBTI foi responsável por alterar drasticamente as dinâmicas do Sistema Internacional, nem o equilíbrio de forças entre os principais atores favoráveis e contrários à pauta, operando mudanças superficiais no âmbito sistêmico.

2 O MOVIMENTO LGBTI

Tendo em vista o objetivo do trabalho, este capítulo se dedica a contextualizar brevemente os conceitos de sociedade civil e movimentos sociais, bem como sua evolução ao longo do tempo. Além disso, traça-se um panorama histórico do movimento LGBTI no mundo e no Brasil, explorando sua origem, principais motivações e marcos históricos, como visto a seguir.

2.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS: BREVE CONCEITUAÇÃO TEÓRICA

Os movimentos sociais ocupam um importante papel enquanto representantes da sociedade civil. Conforme visto adiante neste trabalho, para autores como Cox (1999), Foweraker (1995), Della Porta e Tarrow (2005), eles podem ser vistos na atualidade a mais genuína forma de expressão da população civil. Enquanto outros mecanismos foram ultrapassados, os movimentos sociais evoluíram e acompanham as mudanças das sociedades as quais representam. Na mesma medida em que expressam um contexto societal, no entanto, movimentos sociais têm o intuito de transformar o meio em que se inserem: tanto atuando na modificação da agenda política quanto da opinião pública, seu esforço sempre caminha em direção a objetivos que seus membros consideram como a evolução necessária para a sociedade. O movimento LGBTI, por exemplo, surge em um contexto de forte violência contra seus membros, atuando como uma resposta de resistência necessária a estas opressões.

Durante boa parte da história dos Estados democráticos ocidentais, os partidos políticos foram a principal forma de organização da sociedade civil. Eles tiveram papel fundamental de representação e formação de identidades coletivas nos séculos XIX e XX. Entretanto, na virada do século XXI, é possível observar uma mudança significativa na dinâmica das representações sociais. (DELLA PORTA; TARROW, 2005). A própria noção de sociedade civil vem evoluindo ao longo da história e, dessa forma, também evoluem suas formas de representação. Sendo um conceito com raízes na Europa iluminista, é importante frisar que “sociedade civil” refere-se a um ideal ocidental que pode deixar de lado muitas outras formas de organização. Nesse período, o termo referia-se aos interesses particulares (o campo da burguesia por excelência), em contraposição aos interesses universais (o Estado, o

monarca). (COX, 1999). A partir do século XIX, entretanto, tanto o termo quanto a dinâmica da sociedade civil passam a evoluir fortemente.

Karl Marx estava, certamente, cético sobre a emersão de um bem comum vindo da busca por interesses individuais. Ele viu que a sociedade civil estava gerando uma força dentro dela mesma que iria, em última instância, destruí-la ou modificá-la: o proletariado.[...] em sua análise da sociedade francesa de meados do século XIX, ele discerniu uma estrutura social muito mais complexa do que o dualismo burguesia/proletariado[...]. Se a burguesia foi o ponto de partida da sociedade civil, o século XIX inaugurou o conceito para abraçar uma variedade de grupos sociais e interesses conflitantes. (COX, 1999, p. 6, tradução nossa)¹.

Desde então, o tema ganhou complexidade e profundidade. No século XIX nos EUA, ele começa a ser marcado pelo surgimento de organizações criadas de forma espontânea visando o alcance de bens em comum, enquanto, na Europa assume uma versão corporativista, que nega organizações intermediárias entre o cidadão e o Estado (como os sindicatos). Na visão de Cox (1999) esse modelo organizacional que tudo abarcava dentro do Estado partidário viria a suprimir fortemente a capacidade de ação popular, uma vez que nega o que o autor considera ser a verdadeira existência da sociedade civil.

Na segunda metade do século XX - principalmente a partir da crise capitalista na década de 1970 e do fim do “socialismo real” na década de 1980 - viu-se o colapso do modelo corporativista, trazendo à tona a atuação de organizações de protesto. Elas atuavam de forma independente do Estado, uma vez que muitas vezes reclamavam justamente a falta de apoio da estrutura estatal, como também afirma Cox (1999). Foweraker (1995) fala sobre a dificuldade de conciliar nesse período o capitalismo com a democracia de massas, junto com as “crises de governabilidade”:

De um lado, as ‘crises fiscais do Estado’ diminuem sua capacidade de legitimar o sistema através das funções de bem-estar. Do outro lado, o crescimento do corporativismo reduz o alcance efetivo das mediações democráticas entre os cidadãos e o Estado. (Cohen e Arato, 1992). Ambas as tendências levaram ao colapso dos aparatos dos partidos políticos e sindicatos além de encorajarem o crescimento de movimentos sociais fora de tais restrições institucionais. [...] Uma vez que os grupos de interesse e partidos políticos não correspondem mais às

¹ Karl Marx was, of course, sceptical about the emergence of common good from the pursuit of individual interests. He saw rather that civil society was generating a force within itself that would ultimately destroy or change it: the proletariat. [...] in his analysis of French society of the mid-19th century he discerned a social structure more complex than the bourgeois/proletarian dualism [...]. If the bourgeoisie was the starting point for civil society, the 19th century opened up the concept to embrace a variety of conflicting social groups and interests. (COX, 1999, p. 6).

demandas populares, os movimentos sociais chegam para atender a tais demandas. (FOWERAKER, 1995, p. 10, tradução nossa)².

A visão de Della Porta e Tarrow (2005) corrobora com esse ponto de vista, uma vez que alegam que as mudanças do final do século passado não significam necessariamente o colapso do sistema de partidos, mas que os partidos com características mais ativistas foram substituídos por aqueles profissionalizados - os *catch all parties* - deixando o papel do ativismo por conta dos movimentos sociais e da sociedade civil, fora do aparato institucional.

Ainda para Cox (1999), a insatisfação com certos efeitos da industrialização, frustração com a falha do sistema de bem-estar e novas preocupações (como o ambientalismo) levaram a um desejo por realização e satisfação pessoal, que eram concentrados em uma classe recém educada, mas que não teve a oportunidade de gozar dos benefícios que sua instrução os levou a esperar. (COX, 1999; FOWERAKER, 1995). Uma das abordagens para a análise dos movimentos sociais, segundo Foweraker (1995), é justamente a forma como as identidades - constituídas por necessidades, frustrações e/ou narrativas compartilhadas - têm um papel fundamental para o êxito ou fracasso dos movimentos. Existem diversas maneiras de explicar a atuação dos movimentos sociais, por exemplo: o modo como captam recursos para sua atuação, numa análise bastante instrumental; a forma como participam do processo político institucional; e como atuam com relação à construção das identidades coletivas. Segundo Foweraker (1995) porém, antes de buscar entender como os movimentos atuam e como atingem seus resultados, é essencial entender **por que** eles se formam em primeiro lugar. Para o autor, é importante frisar que identidade³ é um conceito difuso, cabendo aos movimentos sociais a importante tarefa de estreitar as narrativas e construir laços.

Dessa forma, movimentos sociais podem ser entendidos como uma busca por valores solidários, relações primárias e comunidade. (HIRSCHMAN, 1992). Da mesma forma como clubes e associações voluntárias de todos os tipos, eles

² On the one hand, the “fiscal crisis of the state” diminishes its capacity to legitimate the system overall through its welfare functions; on the other, the growth of corporatism reduces the effective range of democratic mediations between citizens and the state (Cohen and Arato, 1992). Both tendencies precipitate the breakdown of political party and trade union apparatuses, and encourage the growth of social movements outside of this institutional constraints. [...] Since the interest groups and political parties no longer respond to popular demands, social movements arise to press these demands.

³ O conceito de identidade é fundamental para o entendimento deste trabalho. Para autores como Foweraker (1995) e principalmente Butler (2002) é fundamental compreender que “identidade” é um conceito superficial e construído socialmente, que é cristalizado pelas vivências dos indivíduos e seu contexto, mas de forma alguma pode ser entendido como algo naturalmente dado ou inerente ao ser. Para aprofundamento, sugere-se a leitura da obra de Judith Butler, especialmente os livros “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” (2003) e “Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”” (2002)

fornece amizade e um senso de pertencimento. [...]Todas essas identidades definem afinal quem está dentro e quem está fora, e a pressão social dentro da rede é suficiente para criar o tipo de solidariedade parcial que irá sustentar a ação coletiva. (FOWERAKER, 1995, p. 12)⁴.

A relevância da identidade nos movimentos sociais também é ressaltada por Keck e Sikkink (1999), que alegam a importância da construção e difusão dos conceitos de identidade dos grupos, principalmente para os movimentos que chegam à internacionalização. Para as autoras também, um dos principais ativos dos movimentos sociais do final do século XX é o seu poder sobre a informação e a velocidade com que a propagam, fazendo com que tais conceitos de identidade fortaleçam ainda mais os movimentos.

Levando em conta o contexto de insatisfações, frustrações individuais e surgimento de novas pautas das ordens mais distintas, bem como a forma com que os movimentos se moldam aos grupos (ao mesmo tempo em que criam as narrativas que os formam em primeiro lugar), torna-se natural que os movimentos sociais da virada do século XX acabem sendo construídos de uma maneira que o que mais os caracteriza são suas diversidades de pautas - ao contrário daqueles do século XIX e começo do século XX, que tinham natureza majoritariamente econômica. (COX, 1999; FOWERAKER, 1995). Diversas dessas características constituem o que são chamados de “Novos movimentos sociais”, em contraposição aos seus predecessores. Para Keck e Sikkink (1999) um dos principais pontos com relação a estes novos movimentos são os valores compartilhados por seus membros, além da capacidade que eles têm de se internacionalizar (aspecto que será explorado no capítulo 3 deste trabalho). Cox (1999) define os “novos movimentos sociais” como forças de movimento *bottom up*, com atuação em temas mais voltados ao espectro do consumo, e não da produção (como eram aqueles capitaneados pelos sindicatos). Temas abarcados por tais movimentos incluem o feminismo, movimentos ambientais, movimentos de paz e anti-pobreza, tendo como outra característica marcante um alto nível de participação e horizontalidade.

Cox (1999) acrescenta um fator à análise, que é a influência da globalização no aumento da atuação da sociedade civil. Para o autor, a sociedade civil que tinha sido “morta”

⁴ In this way, social movements can be understood as a search for solidary values, primary relations and community (HIRSCHMAN, 1992). Like clubs and voluntary associations of all kinds, they provide friendship and sense of belonging [...]. All such identities finally define who is in and who is out, and social pressure within the network is sufficient to create the kind of ‘partial solidarities’ which underpin collective action (Tilly et al., 1975)

na época em que se fundira ao Estado, pode ter ressurgido em resposta ao processo de globalização. Como exemplo, pode ser citado o surgimento de diversas ONGs em países asiáticos, com atuação local mas conexão com movimentos similares de outras partes do mundo. De fato, Della Porta e Tarrow (2005) defendem que as mudanças que ocorreram na distribuição de poder neste período podem ser simbolizadas pelo aumento no uso de termos como “governança multinível”, “sociedade civil global” e “*world polity*”⁵.

Ainda sobre a interpretação geral dos movimentos sociais, Foweraker (1995) e Bringel (2010) ressaltam que as teorias mais tradicionais são construídas com base em realidades do Norte Global, não sendo, portanto, completamente eficazes para o estudo dos movimentos latino-americanos. Para ambos os autores, a formação dos Estados capitalistas da América Latina passa por processos que são complexos e diferem em diversas formas daqueles que ocorreram na América do Norte e na Europa Ocidental. Fatores como a própria luta anti-imperialista e anti-colonial dos países africanos, asiáticos e latino-americanos acabam por moldar a origem e atuação dos movimentos sociais destas realidades. Para Bringel (2010) entretanto, tal constatação não implica em uma negação dos paradigmas eurocêntricos de análises dos movimentos sociais, mas sim uma articulação entre essas interpretações e aquelas anti-coloniais, de forma a levar em conta, entre outros fatores, os estágios de desenvolvimento capitalista de determinada região e as dinâmicas socioculturais locais. Esta interpretação pode nos levar a refletir, por exemplo, porque, ainda no século XXI, movimentos como os sindicatos, CUT e MST têm tanta expressividade na América Latina (mais especificamente no Brasil), enquanto a teoria *mainstream* aponta o enfraquecimento desse tipo de organização com pautas fortemente econômicas. Este pode ser um fator importante ao analisar as trajetórias dos movimentos feministas e LGBTI na Europa, América do Norte e América Latina, com diferentes pesos, formas de atuação e pautas em cada um dos continentes.

A maneira como a sociedade civil atua na forma dos movimentos sociais tem sido objeto de pesquisa e diálogo extensos no campo das Ciências Sociais, não cabendo a este trabalho a pretensão de esgotar o debate acerca do tema. Para prosseguir com os objetivos deste estudo, cabe ressaltar três principais pontos dentre os trazidos até aqui: a) os movimentos sociais são uma forma de expressão da sociedade civil; b) eles refletem as transformações, frustrações e necessidades dos grupos os quais representam, ao mesmo tempo

⁵ No sentido de políticas global, regime mundial, ou, ainda, governo global.

em que buscam moldar essas frustrações e necessidades; c) os movimentos que surgem a partir da segunda metade do século XX têm características distintas de seus predecessores, comumente chamados de “Novos movimentos sociais”. Na próxima seção, aborda-se o movimento LGBTI, com enfoque nesses três tópicos: de que forma ele se constitui enquanto expressão da sociedade civil; como ele reflete as necessidades do grupo ao mesmo tempo em que molda a narrativa dessas necessidades; como se dá a sua atuação enquanto “Novo movimento social”.

2.2 O MOVIMENTO LGBTI: AS ORIGENS DA REPRESSÃO E A HISTÓRIA DA RESISTÊNCIA

Falar do ativismo LGBTI é, frequentemente, debater sobre um movimento tido como novo e “inventado”. E, de fato, a pauta LGBTI passou a receber maior atenção da sociedade civil apenas na segunda metade do século XX, tempos depois de outros movimentos de direitos civis (como os movimentos negros e feministas). Entretanto, Thoreson (2014), ao falar sobre o tema, nos lembra de que mesmo a concepção dos Direitos Humanos que utilizamos atualmente é algo recente e “inventado”. Apesar de que suas origens remontam a milênios, a formalização do conceito de Direitos Humanos se concretiza apenas no advento das Nações Unidas, em 1945, o que possibilitou que grupos de minorias raciais dos Estados Unidos, por exemplo, começassem a lutar pela inclusão de suas pautas no âmbito de sua proteção. Com o passar das décadas, tornou-se natural que outros grupos buscassem sua inclusão na pauta dos Direitos Humanos, o que não foi diferente com a população LGBTI. (THORESON, 2014). Alguns questionamentos, entretanto, devem surgir antes mesmo da denominação dos direitos civis LGBTI enquanto campo protegido pelos Direitos Humanos: por que a orientação sexual e identidade de gênero (OSIG)⁶ de determinado grupo é responsável por caracterizá-lo enquanto minoria, em primeiro lugar? Por quais motivos a

⁶ De acordo com Jark (2018, p. 28) “os Princípios de Yogyakarta (2007, p. 7) conceituam a orientação sexual como “[...] uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas”. Já por identidade de gênero entende-se “[...] a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos.”

população LGBTI sofre discriminação, violência estrutural e precisa de seus direitos civis protegidos?

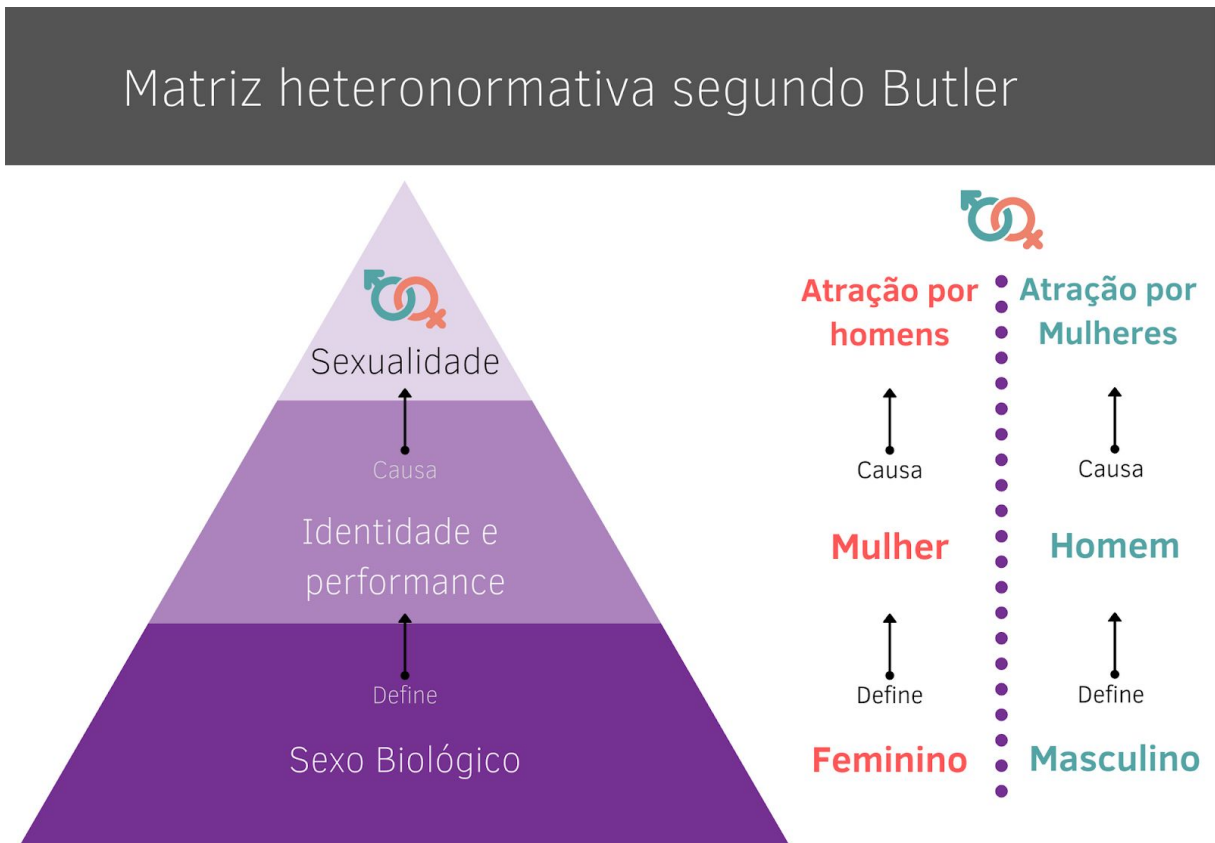
Um pontapé interessante este debate é a visão de Judith Butler, acerca da construção de gênero enquanto produção social e o que a autora denomina “matriz heteronormativa”, ou seja, a imposição da heterossexualidade enquanto padrão a ser seguido. Para Butler (*apud* AGUIAR, 2005) a construção do gênero enquanto fator binário (homem-mulher) é algo que molda as relações afetivas e sociais, uma vez que determina padrões esperados por cada uma dessas identidades. Para a autora, não apenas o gênero **não** é definido pelo sexo biológico (masculino e feminino, por exemplo) como a concepção que temos de gênero implica erroneamente numa interpretação dele enquanto essência definidora do ser. Ela defende que não nascemos com um determinado gênero, mas de acordo com o que é construído e adquirido em sociedade, nós o performamos. Butler, em toda sua obra, reforça como o conceito de identidade (não apenas identidade de gênero, mas todas as identidades em si) são construídos socialmente, cristalizados nas vivências do indivíduo e concepções artificiais.

Em suas reflexões sobre os movimentos sociais (especificamente o movimento feminista) a autora aponta a necessidade de desvincular a ideia do sujeito político (a mulher, neste caso) como um indivíduo naturalmente dado, pois uma vez que sua própria concepção é socialmente construída, não há uma “mulher padrão”. O gênero não é a essência de um ser, mas é performado por ele. (BUTLER, 2003 *apud* FACCHINI, 2009). Da mesma forma, a autora aponta o quanto esta binarização da sociedade desconsidera o fator do desejo enquanto possibilidade nas diferentes performances dos seres. Portanto, o que é chamado de “matriz heterossexual” ou “heteronormativa”, para a autora, consiste no modelo de regras e normas que constroem a performance do gênero:

Butler enfatiza que ‘a performatividade não é algo que o sujeito faz, mas é um processo através do qual ele é constituído e que o gênero não pode ser colocado e removido à vontade’. [...] Para Butler a *performance* ritualizada e repetida de gênero não é completamente sem restrições; é constrangida por normas [...] Essas normas criam uma matriz heteronormativa dentro da qual o ‘sexo biológico’ causa o gênero que, a seguir, causa o desejo. Essa matriz heteronormativa é um sistema de ‘heterossexualidade compulsória’. (BUTLER, 2003, p. 38-39; SULLIVAN, 2003 *apud* LEWIS, 2012, p. 54)

A imagem 1, a seguir, esquematiza como configura-se esse padrão de heterossexualidade compulsória, segundo desenhado teoricamente por Butler.

Esquema 1 - Matriz heteronormativa



Fonte: elaboração própria a partir de Butler (*apud* LEWIS, 2012).

Entende-se, portanto, que a heterossexualidade constitui-se através de um sistema de normas e constrangimentos na forma de padrão social, no qual o desejo deve ser definido de acordo com o sexo biológico. Qualquer performance que fuja a essa dualidade heterossexual homem-mulher é considerada, portanto, subversiva. Tais padrões de gênero são amplamente utilizados como forma de dominação e controle. Numa abordagem marxista, por exemplo, como aponta Wolf (2005), a raiz da opressão aos LGBTI encontra-se - assim como a opressão às mulheres - no núcleo familiar, utilizado como ferramenta capitalista da disseminação de normas de gênero e garantia de mão de obra barata e ilimitada.

A autora também ressalta que, apesar dos registros mostrarem a homossexualidade e bissexualidade presentes em, provavelmente, toda história humana, é a partir da Revolução Industrial que as grandes massas - pela primeira vez separando-se dos núcleos familiares em grande escala - começam a identificar-se com os rótulos modernos de lésbicas, gays e bissexuais. (WOLF, 2005).

A complexidade do tema fica evidente quando percebe-se que, ao mesmo tempo em que diversos sistemas pré-capitalistas recebiam bem as práticas de diversidades sexuais, outros possuíam leis e normas contra essas práticas (muitas vezes alegando seu caráter não reprodutivo); outro exemplo se dá ao observarmos a opressão sofrida por transexuais no século XX por desafiarem padrões de gênero, enquanto em outras sociedades consideradas mais primitivas nota-se performances similares de transexualidade sem tentativa de repressão. (WOLF, 2005, p. 22). Por fim, a autora também ressalta que, apesar de certas iniciativas de normatização da sexualidade ao longo da história, é a sociedade capitalista do século XIX que dá o maior passo em direção à repressão **oficial e estatal** da diversidade sexual, com médicos, advogados e acadêmicos - quase em sua totalidade homens brancos, do Norte Global e declarados heterossexuais - atuando de forma a privilegiar os interesses da classe média em ascensão: o núcleo do capitalismo, ainda fortemente influenciado por ideais religiosos construídos desde a antiguidade e reforçados na Idade Média. Jark (2018), por sua vez, ressalta que o papel da Europa colonizadora foi fundamental em arraigar sentimentos e práticas repressoras às OSIG diversas, não apenas na América Latina mas também em todo Sul Global, constituindo um imaginário heteronormativo nessas sociedades que posteriormente converteu-se em leis e normas. O que entende-se, portanto, é que a opressão aos LGBTI, apesar de já ter encontrado lugar na história com mecanismos de controle religiosos e sociais, atinge seu ápice de institucionalização no ocidente a partir do século XIX, quando assume caráter de norma e controle estatal, após séculos de reforço da mentalidade colonizadora heteronormativa.

O nascimento dos movimentos em favor dos direitos civis da população LGBTI é uma resposta a este contexto da sociedade capitalista. A Revolta de Stonewall⁷, como ficou conhecido um movimento iniciado no ano de 1969 em Nova Iorque, é considerado como o principal marco inicial da militância LGBTI contemporânea, apesar de outros esforços e manifestações terem ocorrido anteriormente em favor da causa. Uma intervenção policial no bar Stonewall, o qual era frequentado majoritariamente por homossexuais, no dia 28 de junho de 1969 foi o estopim de uma reação em cadeia da população LGBTI, que reagiu a essa investida policial em um ato e confronto históricos o que, posteriormente, levou à realização da primeira Parada do Orgulho Gay (como era chamada na época). (TERTO; SOUZA, 2015). O Levante de Stonewall é emblemático à comunidade LGBTI não apenas por marcar a

⁷ Do inglês, *Stonewall Uprising*, como ficou notadamente conhecida.

primeira reação direta e com resultados relevantes contra o Sistema, mas também por ilustrar a forma como a repressão sistemática estatal estava estabelecida. Conforme Gorisch (2013) e Wolf (2005), à época, as relações homoafetivas e homossexuais eram consideradas imorais e ilegais nos Estados Unidos, sendo duramente fiscalizadas e repreendidas pelas forças policiais. Dessa forma, cabia à comunidade LGBTI a ocupação de espaços conhecidos como “guetos” (bares, boates, casas noturnas), em que se reuniam e sentiam-se seguros para as práticas que eram tidas como subversivas. A década de 1960 é conhecida como o período das trevas para a população LGBTI estadunidense, que era considerada doente, psicopata e pedófila pela maior parte da população. “Em vários depoimentos de participantes do *Stonewall Uprising* [...], a palavra mais comum era ‘hunted’, ou seja, caçado. Os policiais faziam uma verdadeira caça aos homossexuais, prendendo-os e espancando-os – tudo com a chancela estatal.” (GORISCH, 2013, p. 15).

Nessa época, que coincide com a conquista dos direitos civis dos negros e a militância de Martin Luther King, amplamente divulgada pela mídia, a população LGBTI não tinha nenhum direito reconhecido e assumir uma OSIG não-heteronormativa era considerado insano. Segundo Gorisch (2013) apenas no ano de 1968 na cidade de Nova Iorque cerca de 500 pessoas foram presas por praticarem atos “contra a natureza” (relações homossexuais) e entre 3000 e 5000 pessoas foram presas por crimes relacionados à homossexualidade, além de diversos crimes de natureza homofóbica reportados na cidade. Nessa época, existia apenas uma ONG estadunidense atuando politicamente sobre o tema (a *Mattachine Society*⁸), que não possuía praticamente nenhum apoio político e tinha a opinião pública altamente contrária. É um momento, portanto, em que a comunidade LGBTI assistia a repressão sem capacidade de reação. A cena passa a mudar, entretanto, conforme o excerto a seguir:

Em 1969, as eleições para Prefeito de Nova York ocorreriam no final do ano. Para pressionar a opinião pública, o então presidente da ONG *Mattachine Society*, pediu para o Prefeito e para a Polícia que deixassem os gays em paz. A resposta veio com

⁸ Segundo Kaczorowski (2015, tradução nossa) Uma das primeiras organizações americanas do movimento gay (ou homófilos, como eram chamados na época), a *Mattachine Society* começou em Los Angeles no inverno de 1950. Foi formada por Harry Hay, um ativista gay e ex-membro do partido comunista, juntamente com outros sete homens gays. O nome refere-se à *Société Mattachine*, um grupo medieval de mascarados franceses que, supostamente, viajavam de vila em vila usando arte para denunciar injustiças sociais. O nome foi criado para simbolizar que os gays eram um povo mascarado, desconhecido e anônimo. Compartilhando suas experiências pessoais como gays e analisando homossexuais no contexto de minoria cultural nos Estados Unidos, os fundadores da *Mattachine* tentaram redefinir o significado de ser gay nos Estados Unidos. Eles criaram um programa abrangente de libertação cultural e política. Disponível em <http://www.glbqtarchive.com/ssh/mattachine_society_S.pdf>

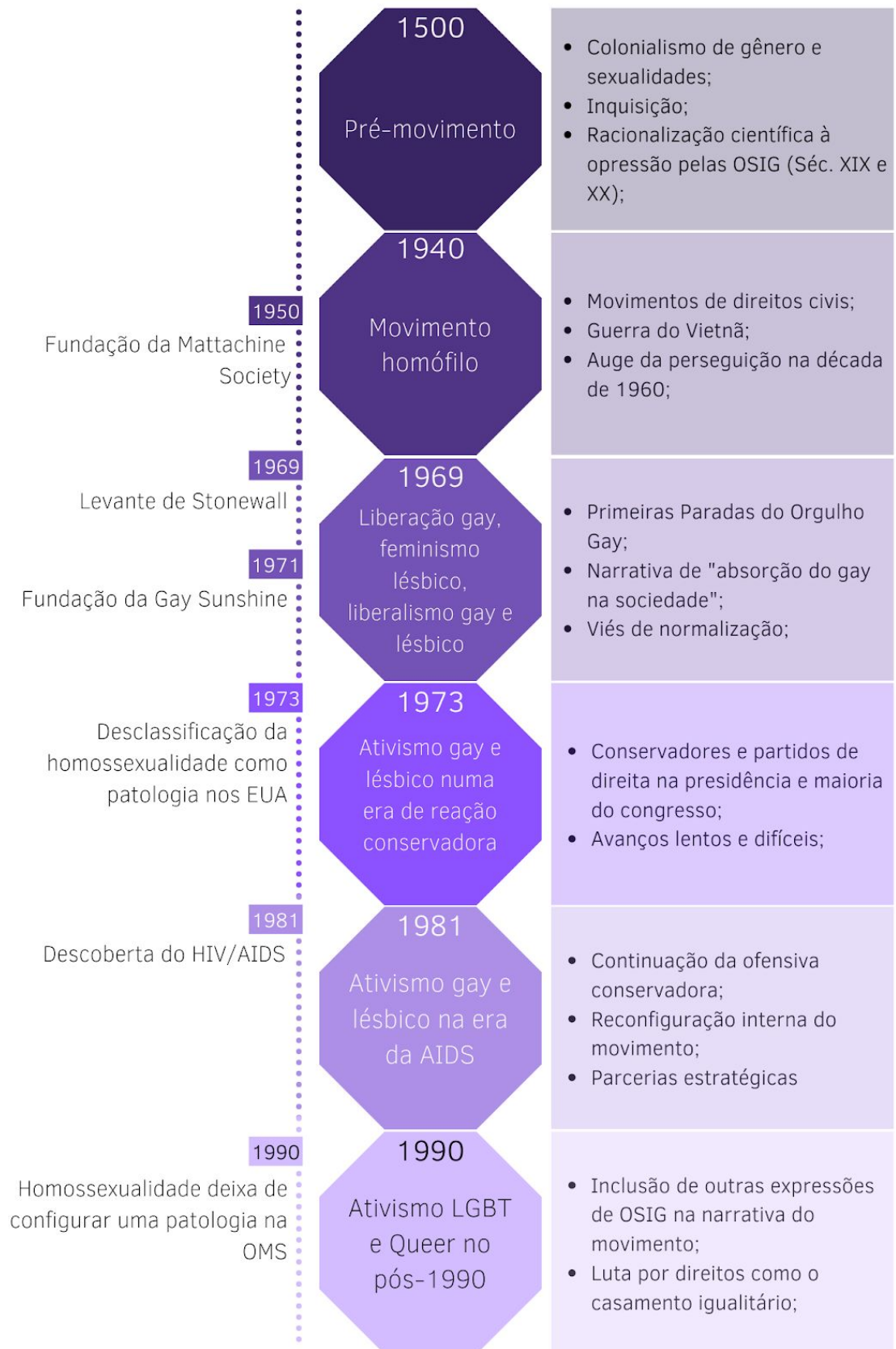
o fechamento do Bar Stonewall, onde policiais invadiram o local, dando voz de prisão a todos. Uma lésbica se rebelou e foi **espancada quase até a morte**. Os frequentadores do bar, horrorizados, reagiram. Pessoas que passavam na rua – o bairro era um reduto gay – ouviram os gritos e fecharam a entrada do bar com barricadas e fogo. Os policiais foram acuados e a reação ganhou força. A batalha na rua durou duas noites. Pela primeira vez, gritos como “Gay Pride” e “Gay Power” foram ouvidos e uma multidão se uniu aos gays – inclusive as mulheres que pediam mais direitos, os negros e também heterossexuais simpatizantes. Foi organizada uma passeata de visibilidade, a primeira Parada Gay, reunindo pouco mais de duas mil pessoas, uma verdadeira multidão de homens engravatados, de forma proposital, e de mulheres de vestido, com o intuito de mostrar que eles eram **iguais a todas as outras pessoas**. (GORISCH, 2013, p. 16-17, grifo nosso).

Este episódio é considerado o estopim do movimento contemporâneo pelos direitos civis LGBTI, por inspirar movimentos semelhantes ao redor do mundo ocidental e provar que é possível algum tipo de reação por parte da comunidade LGBTI. Para Wolf (2005) entretanto, o que diferencia Stonewall de outras manifestações anteriores em prol da comunidade LGBTI não são apenas as longas noites de conflito físico com as forças policiais, mas o fato de que Stonewall levou a uma mobilização consciente de antigos e novos ativistas da causa, transformando pequenas ações organizadas e isoladas que existiam até então em uma grande onda de ação espontânea e furiosa. É possível afirmar, a partir de então, que o movimento em prol dos direitos civis LGBTI se caracteriza enquanto uma manifestação da sociedade civil, motivada pelo contexto em que se insere e visando promover mudanças em tal contexto, conforme abordado na seção anterior e também como aponta Facchini (2005).

O ativismo LGBTI, como reflexo das demandas do grupo que representa, evoluiu ao longo do tempo em diversas fases ou “ondas” do movimento. Stein (2012, tradução nossa) faz uma classificação dos ativismos nos Estados Unidos em 6 fases: **1)** o pré-movimento (1500-1940); **2)** movimento homófilo (1940-1969); **3)** liberação gay, feminismo lésbico, liberalismo gay e lésbico (1969-1973); **4)** ativismo gay e lésbico numa era de reação conservadora (1973-1981); **5)** ativismo gay e lésbico na era da AIDS (1981-1990); **6)** ativismo LGBT e Queer no pós 1990⁹. Essas fases do ativismo estadunidense, apesar de diversas peculiaridades, também são refletidas no ativismo de outras partes do mundo. A figura 2, a seguir, esquematiza esses períodos definidos por Stein (2012), algumas de suas características e os principais acontecimentos levados em conta na elaboração deste trabalho.

⁹ Os termos originalmente utilizados pelo autor são: 1) before the movement; 2) homophile activism; 3) gay liberation, lesbian feminism and gay and lesbian liberalism; 4) gay and lesbian activism in the era of the conservative backlash; 5) gay and lesbian activism in the era of AIDS; 6) LGBT and Queer activism beyond 1990.

Esquema 2 - Linha do tempo do movimento LGBTI



Fonte: elaboração própria a partir de Stein (2012) e outras referências deste trabalho.

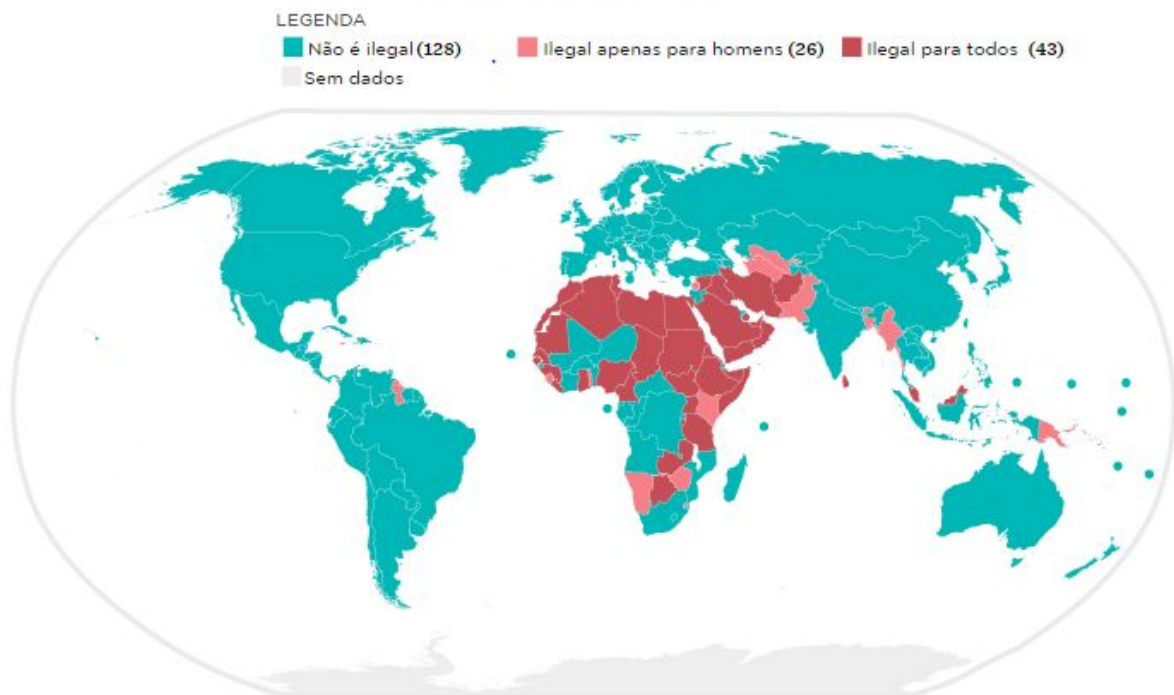
Um fator importante na análise do ativismo LGBTI é a percepção de adaptação do movimento, tendo sido capaz de moldar-se a essas mudanças conjunturais e às peculiaridades de cada uma dessas fases. Mesmo na década de 1980, marcada pela epidemia de HIV/AIDS e a narrativa construída de que a doença seria o “câncer gay”, a comunidade foi capaz de se fortalecer e superar (em partes) essa narrativa, apesar da resistência dos setores mais conservadores da sociedade, como as igrejas cristãs (MUSSKOPF *apud* DIAS, 2015).

O movimento, a partir da década de 1990, passa por uma transformação que coincide com o que é apontado por Cox (1999) e Foweraker (1995) acerca da sociedade pós-industrial. Segundo tais autores, as sociedades pós-industriais têm os movimentos sociais marcados por frustrações individuais, refletindo diversas insatisfações concernentes aos conceitos de identidades utilizados e insatisfações geradas por expectativas não cumpridas pelo sistema. No campo LGBTI, isso se manifesta com as diversas desconstruções dentro do próprio movimento, grupos que passam a exigir mais representatividade (bissexuais e transexuais, por exemplo, até então praticamente invisibilizados) e um questionamento interno que passa a florescer, se estende até os dias atuais e leva inclusive a um intenso debate acerca de questões semânticas (como nomenclaturas, termos definidores e mesmo a ordem das letras da sigla LGBTI). Essa dinâmica evidencia a primazia quase explícita do movimento pela parcela masculina de sua população (os Gays), no que muitas vezes é ironicamente como “Movimento GGG”. Desde sua formação, a maior parte das decisões e direcionamentos do movimento tem sido tomadas por gays brancos e cisgêneros, o que faz com que todos os outros grupos sejam sub-representados. O movimento lésbico, por exemplo, nasce não apenas pela especificidade de suas pautas, mas porque não encontrou receptividade e espaço para atuação dentro do movimento homossexual que era dominado pelos gays. É o fato de não pertencer plenamente nem aos movimentos feministas nem aos movimentos gays que faz nascer os movimentos lésbico-feministas.

É possível considerar, portanto, que 50 anos após o episódio de Stonewall e, embora o movimento LGBTI tenha conquistado alguns feitos de notada importância, ainda está repleto de debates internos e lutas externas. Ainda na década de 1970, a homossexualidade deixou de ser considerada uma patologia nos EUA, o que foi replicado no Brasil em 1981. Apenas em 1990 a homossexualidade foi retirada do quadro de doenças da OMS, mas a transexualidade continuou a figurar a lista de patologias até 2018. (TERTO;SOUZA, 2015;

CAÑIZARES, 2018)¹⁰. Outras conquistas incluem, por exemplo, legislações anti-homofobia e o reconhecimento do casamento igualitário em 27 países. Entretanto, ainda em 2019, praticar atos homossexuais é considerado um crime em 70 Estados, segundo a Anistia Internacional¹¹. As imagens abaixo demonstram o panorama dos direitos da comunidade LGBTI ao redor do mundo no ano de 2019 de acordo com pesquisa realizada pelo Jornal Nexo:

Imagem 1 - Países que criminalizam a homossexualidade

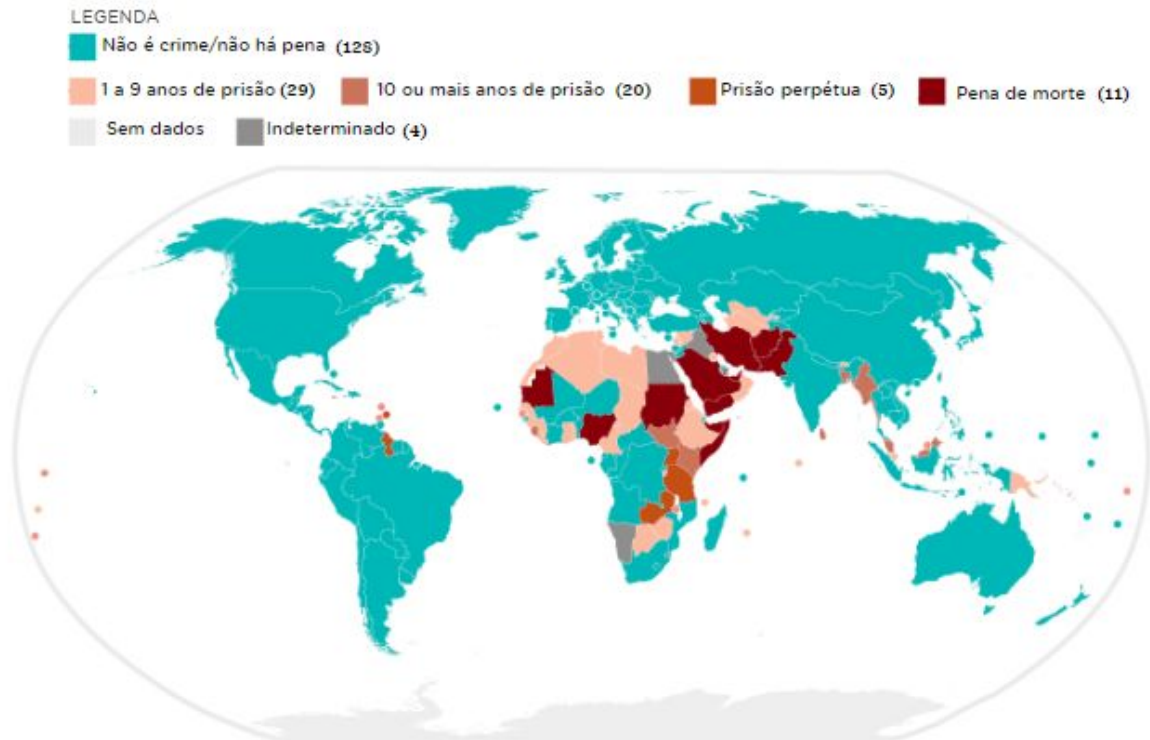


Fonte: Jornal Nexo. Disponível em
<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2019/06/20/Os-direitos-das-pessoas-homossexuais-ao-redor-do-mundo?>

¹⁰ Em junho de 2019, a OMS divulgou a nova edição da Classificação Internacional de Doenças (CID), após 28 anos da última revisão. Com essa alteração, a transexualidade deixa de figurar no quadro de transtornos mentais e passa para a lista de comportamentos sexuais.

¹¹ Disponível em <https://www.amnesty.org/en/what-we-do/discrimination/lgbt-rights/>

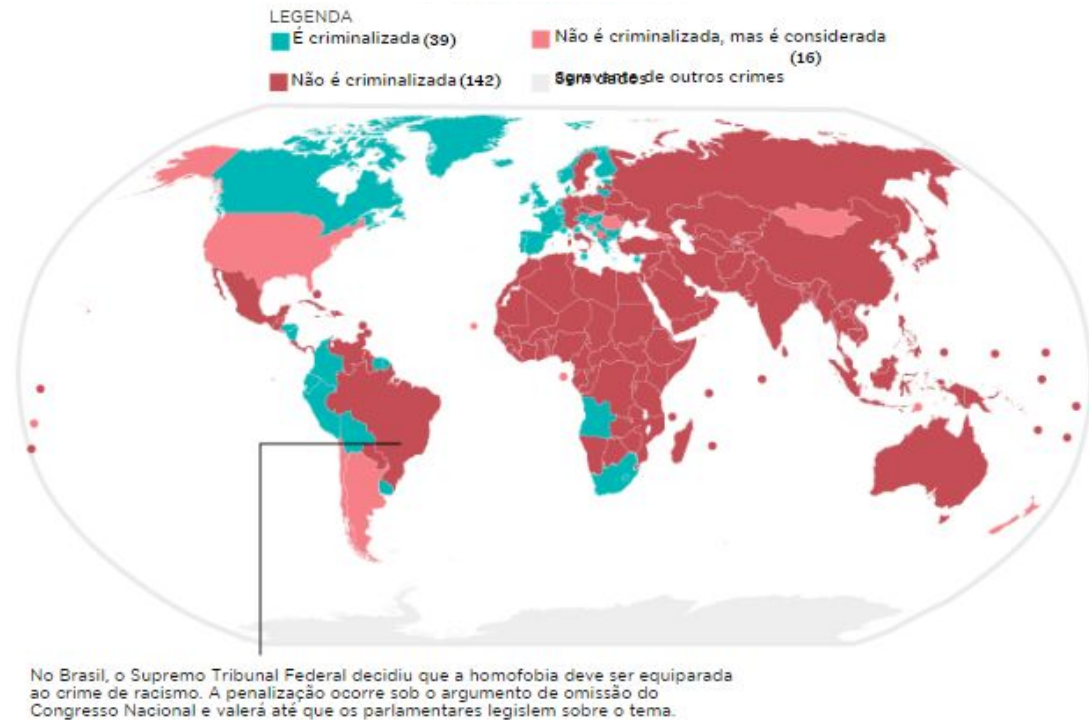
Imagem 2 - Países que penalizam condutas homossexuais



Fonte: Jornal Nexo. Disponível em

<[https://www.nexojournal.com.br/grafico/2019/06/20/Os-direitos-das-pessoas-homossexuais-ao-redor-do-mundo?>](https://www.nexojournal.com.br/grafico/2019/06/20/Os-direitos-das-pessoas-homossexuais-ao-redor-do-mundo?)

Imagem 3 - Países que criminalizam a homofobia



Fonte: Jornal Nexo. Disponível em

<[https://www.nexojournal.com.br/grafico/2019/06/20/Os-direitos-das-pessoas-homossexuais-ao-redor-do-mundo?>](https://www.nexojournal.com.br/grafico/2019/06/20/Os-direitos-das-pessoas-homossexuais-ao-redor-do-mundo?)

Também considerado um “novo movimento social”, os grupos de ativismo LGBTI apresentam diversas das características que são apresentadas por Keck e Sikkink (1999) e Foweraker (1995), como seu alto grau de internacionalização, utilização de ferramentas da globalização em seu *modus operandis*, um grande foco em construção de narrativas identitárias e construção de valores comuns como motivadores de seus membros e uma força de atuação voltada à construção da opinião pública, através do massivo compartilhamento de informação. Por fim, é importante considerar que, ainda que o movimento LGBTI estadunidense seja um bom referencial para um entendimento do contexto do ativismo, ele não representa a totalidade do movimento. O próprio Foweraker (1995) aponta como os movimentos sociais do Norte global tem uma construção diferenciada de seus pares no Sul, tanto pelo esforço anti-colonial dos países em desenvolvimento quanto pelo próprio estágio do capitalismo encontrado em cada uma dessas realidades. Jark (2018), por exemplo, expõe diversas peculiaridades dos movimentos LGBTI latino-americanos, bem como um papel central deles na luta global em busca de alterações do regime. Portanto, apesar de o movimento LGBTI estadunidense oferecer um bom panorama sobre as principais tendências da pauta no mundo, para dar prosseguimento ao estudo, este trabalho se propõe a oferecer um panorama sobre o movimento LGBTI no Brasil, passando por suas principais características e marcos históricos, conforme visto na seção a seguir.

2.3 O MOVIMENTO LGBTI NO BRASIL

De acordo com Vieira Junior (2008), o movimento LGBTI contemporâneo - nos moldes daquele surgido nos Estados Unidos em Stonewall - só surge no Brasil a partir da segunda metade da década de 1970. O levante de Stonewall levou a imprensa brasileira começar a tratar da homossexualidade com uma narrativa menos negativa, ao contrário da que era utilizada anteriormente, que condenava as práticas “não naturais”. Diversos grupos surgem a partir da década de 1970, em plena ditadura militar, fortalecendo um movimento discursivo de contracultura na tentativa de ganhar a opinião pública.

Entretanto, diversos estudos falam sobre a colonialidade da sexualidade no Brasil. Luiz Mott, considerado um dos maiores ativistas LGBTI do Brasil, é antropólogo e especialista na história da homossexualidade no Brasil, especialmente no período colonial. Em seus estudos, constata-se a ampla ocorrência de registros de “sodomia” entre os indígenas,

em práticas que eram consideradas aceitáveis por eles. (VIEIRA JUNIOR, 2008). Jark (2018) aponta como as relações homossexuais entre as tribos pré-colombianas não apenas eram consideradas aceitáveis, como também não caracterizavam motivo de preconceito ou segregação. Para os Tupinambás, por exemplo, a discriminação ocorria apenas quando um indivíduo não cumpria com aquele papel designado ao seu gênero (a caça, por exemplo, no caso de homens). Muitas tribos e comunidades mantinham regimes matriarcais, além de conviverem bem com o “terceiro gênero” (homossexuais e transexuais), sendo as noções de homofobia e submissão por conta do gênero trazidas pelos colonizadores e inculcada nas comunidades principalmente através da catequização pelo medo. Portugal era, em geral, uma nação bastante dominada pelos valores cristãos e, portanto, igualmente repressora quanto à sexualidade. Jark (2008) ressalta a importância da estratégia impositiva dos padrões de comportamento sexual por parte dos portugueses e espanhóis, de forma a negar as formas tradicionais de sociedade existentes na região e impor a família tradicional cristã enquanto núcleo central de organização, desestabilizando as formas tradicionais de sociedade. Mott (*apud* VIEIRA JUNIOR, 2008) aponta que, durante duas visitas inquisitórias feitas pelos portugueses na Bahia, 21% dos casos reportados eram de sodomia, o que mostra não apenas a naturalização dos atos na colônia como o interesse repressores do colonizador.

Este contexto de construção nacional favoreceu uma narrativa intensa de condenação às práticas homossexuais, apesar de sua existência inegável, com seus guetos de refúgio e, mais tarde, até mesmo casas de prostituição homossexuais. (VIEIRA JUNIOR, 2008). Tal situação apenas começou a ser revertida após Stonewall, com um sutil desvio na narrativa da imprensa brasileira impulsionado pelo movimento estadunidense. Após algumas publicações isoladas, em 1978 nasce o *Lampião da Esquina*¹², primeiro jornal de circulação nacional sobre o tema, que reunia opiniões de diferentes jornalistas e intelectuais acerca da pauta. O primeiro grupo que se propôs a politizar a questão da homossexualidade no Brasil, conforme Facchini e Lins França (2009), surgiu em São Paulo no ano de 1978, o *Somos*¹³. Criado num contexto de

¹² O *Lampião da Esquina* foi um jornal homossexual brasileiro que circulou durante os anos de 1978 e 1981. Nasceu dentro do contexto de imprensa alternativa na época da abertura política de 1970, durante o abrandamento de anos de censura promovida pelo Golpe Militar de 1964. Teve um papel importante de mobilização da comunidade em seus primórdios. Disponível em <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>>

¹³ O *Somos* foi fundado em 1978 e agrupava artistas, estudantes e intelectuais, que tinham como objetivo compartilhar informações e dar visibilidade à pauta LGBTI, sendo um dos responsáveis por “dar corpo” ao movimento LGBTI no Brasil. Disponível em: <<https://parada24.wordpress.com/2016/11/13/grupo-somos-primeiro-grupo-de-afirmacao-gay-lgbt-no-brasil/>>

contracultura durante a ditadura militar, o grupo nasceu fundado apenas por homens, mas com o passar do tempo também recebeu mulheres que, posteriormente, fundaram o Grupo Lésbico-Feminista¹⁴, em 1979, que viam a necessidade de uma luta específica de seu grupo, uma vez que suas reivindicações não eram atendidas nem pelo movimento feminista heteronormativo e nem pelo movimento gay masculino. Segundo MacRae (*apud* FACCHINI; LINS FRANÇA 2009), o ideário do *Somos* era marcado pelo forte sentimento anti-autoritário da época, levando-o a lutar por questões de transformação mais ampla, produzindo um discurso que colocava o movimento gay como um ativo estratégico para a transformação cultural, e não apenas um fim em si mesmo.

O começo da década de 1980 marca uma crise no movimento LGBTI brasileiro por diversos motivos, entre eles: a epidemia de HIV/AIDS, que enfraqueceu fortemente todas as ferramentas discursivas relacionadas à liberação sexual; o foco de diversas lideranças do movimento voltara-se ao combate à epidemia, deixando de lado partes do esforço narrativo voltado para construção de identidades; o fim da circulação do *Lampião da Esquina*; e o próprio fim da ditadura, que eliminava o “inimigo comum” que até então funcionava como um elemento unificador da comunidade. (FACCHINI; LINS FRANÇA, 2009) A partir de meados da década, destaca-se a atuação ativista de João Antônio Mascarenhas (articulador do grupo que fundou o *Lampião da Esquina*) e Luiz Mott (fundador do Grupo Gay da Bahia, GGB¹⁵). Suas atuações, segundo Facchini e Lins França (2009), demonstram menos motivações políticas e estruturais, mostrando-se mais pragmáticas na busca por direitos-civis dos homossexuais e o fim da discriminação e violência. O GGB, de fato, teve uma grande expressividade na época e atua até os dias atuais nestes temas, com participação incisiva inclusive no ativismo internacional.

Para Vieira Junior (2008), a década de 1990 marca um novo fortalecimento do movimento. Com a redemocratização, iniciou-se uma maior abertura por parte do Estado,

¹⁴ Fundado em 1979, o Grupo de Ação Lésbico-Feminista foi fundado por mulheres participantes do grupo *Somos* que, após cerca de três meses no grupo, perceberam atitudes machistas de seus membros e perceberam que suas pautas eram repletas de especificidades. Dessa forma, influenciadas por valores feministas, resolveram fundar uma organização centrada na causa lésbica. Disponível em <<https://revistacult.uol.com.br/home/mulheres-lesbicas-feministas-brasil/>>

¹⁵ O Grupo Gay da Bahia se declara como a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil, fundado em 1980. É membro da ILGA, e da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). Em 1988 foi nomeado membro da Comissão Nacional de Aids do Ministério da Saúde do Brasil e desde 1995 faz parte do comitê da Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas (IGLHRC) . Ocupa desde 1995 a Secretaria de Direitos Humanos da ABGLT, e desde 1998 a Secretaria de Saúde da mesma. Tem um papel importante no ativismo LGBTI brasileiro até a atualidade. Disponível em <<https://grupogaydabahia.com.br/about/o-que-e-o-ggb-nossa-historia/>>

principalmente a partir do momento em que percebeu-se que a epidemia do HIV/AIDS era uma questão geral e que não estava concentrada apenas num determinado grupo. (VIEIRA JUNIOR, 2008; FACCHINI; LINS FRANÇA, 2009). Jark (2018) por sua vez, pontua que ao mesmo tempo que a epidemia enfraqueceu o discurso da liberação sexual, propiciou uma aproximação importante entre os movimentos civis LGBTI e o Governo Brasileiro, principalmente o Ministério da Saúde, o que mais tarde foi fundamental para a sua internacionalização. Em 1995 funda-se a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT¹⁶) e, em 1997, realiza-se a primeira parada do orgulho GLBT, como era chamada na época. Facchini e Lins França (2009) também ressaltam o crescimento em número e relevância do movimento nessa década, com organizações surgindo pelo país todo, políticos passando a levantar a bandeira da causa LGBTI e uma diversificação das pautas e relações institucionais, envolvendo mídia, agências estatais e organizações internacionais. É importante ressaltar que, além da evolução das relações institucionais e abrangência do movimento, suas próprias bases e conceitos mudaram ao longo do tempo, sendo a década de 1990 período onde é mais visível esse processo de evolução rápida. Facchini (2005) aponta que o movimento aparece até 1993 descrito como MHB (movimento homossexual brasileiro), em 1993 aparece como MGL (movimento de gays e lésbicas), após 1995 é denominado de GLT (gays lésbicas e travestis), em 1999 passa a ser chamado GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros). Em 2005 no XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros aprova-se o termo GLBT, incluindo **oficialmente** os bissexuais e convencionando-se que a letra T refere-se a travestis, transexuais, e transgêneros. Apenas em 2008 adota-se a sigla que até hoje é utilizada com mais frequência, LGBT, alterado a ordem das letras numa estratégia para aumentar a visibilidade do segmento lésbico.

Facchini e Lins França (2009) apontam que, a partir da década de 2000, o movimento continua a passar por um processo de alargamento, com a multiplicação de grupos espalhados por todo Brasil, a institucionalização de suas pautas e uma definição mais clara de

¹⁶ A fundação da organização ocorreu de fato em 31/01/1995, durante o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, na cidade de Curitiba. A associação teve 31 grupos fundadores, sendo a maioria das organizações LGBT existentes na época. A criação da ABGLT representa um marco importante na história do movimento LGBT brasileiro, pois possibilitou a criação de uma rede nacional de representação com capacidade e legitimidade para levar as reivindicações do segmento até o Governo Federal e a sociedade como um todos, o que até então havia sido impossível. Além disso, contribuiu para a organização das entidades de base país afora, capilarizando o movimento por todos os estados da federação. Disponível em <<https://www.abglbt.org/quem-somos>>

quem poderia ou não falar em nome da classe. Um fator importante para o fortalecimento da pauta foi a continuidade da construção de uma narrativa mais favorável à comunidade, impulsionada fortemente pelo mercado *GLS* (como conhecido à época), com a ampliação dos *guetos* paulistanos a partir da década de 1990, o aparecimento de personagens LGBTI na mídia, a valorização do Orgulho e o crescimento das paradas da diversidade, além do apoio de personalidades e políticos sensíveis à causa, como também apontam as autoras. O esquema 3, a seguir, sintetiza os principais marcos da trajetória do ativismo LGBTI no Brasil, bem como conquistas que podem ser consideradas relevantes na alteração de suas dinâmicas.

Uma das características mais marcantes no movimento LGBTI desde o final do século XX, como já mencionado, é o seu caráter internacional. A dinâmica do movimento é altamente marcada pela presença de atores transnacionais e a busca por pressão global. No próximo capítulo, serão trabalhados justamente os conceitos de internacionalização dos movimentos sociais - ou redes de ativismos transnacionais, como chamam Keck e Sikkink (1999) - quais características assumem estes movimentos e quais ganhos são observados a partir desta dinâmica interna/externa.

Esquema 3 - O movimento LGBTI no Brasil



Fonte: elaboração própria

3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE ATIVISMO

De acordo com o pensamento de Cox (1999) é certo afirmar que a globalização (principalmente a partir da década de 1980) influenciou de forma significativa as dinâmicas sociais e a forma de organização da sociedade civil (e consequentemente dos movimentos sociais), tanto no nível local quanto regional e global. Autores como Keck e Sikkink (1999), Tarrow (2009) e Bringel (2010) também apontam a importância do período do final do século XX para os movimentos sociais, marcando diversas alterações tanto em sua forma de atuação quanto no campo dedicado a seus estudos. É evidente, para estes e outros autores, o movimento intenso de internacionalização pelo qual passam as iniciativas sociais e redes de ativismos no final do século XX. Tendo em vista o fortalecimento do movimento LGBTI a partir desse período, bem como os objetivos deste trabalho, o presente capítulo visa conceituar o que são as redes de ativismo internacional e suas formas de atuação, bem como identificar alguns exemplos de redes de sucesso.

3.1 OS MOVIMENTOS TRANSNACIONAIS COMO VEÍCULO DE PRESSÃO

Nesta seção, busca-se conceituar o que são, como atuam e quais os principais objetivos dos movimentos sociais transnacionais - ou redes de ativismo¹⁷, como chamam Keck e Sikkink (1999) - principalmente a partir do final da década de 1980. As autoras abordam como a mudança nas relações entre os atores estatais no Pós-Guerra Fria possibilitou a agência de diversos atores **não** estatais na dinâmica global, como ONGs, associações e movimentos sociais em geral. Esses atores, num contexto de pós-bipolaridade, passam a interagir fortemente entre eles mesmos, com Estados e com Organizações Internacionais, formando redes (ou *networks*) globais cada vez mais estruturadas e com crescente visibilidade na política internacional. Para Della Porta e Tarrow (2005), a virada do milênio marca também o declínio dos partidos políticos como principais formas de organização da sociedade civil, como havia sido por boa parte da história do Estado democrático ocidental. Segundo os autores, essa mudança deve-se a novos desafios que são enfrentados no período, como o terrorismo, a “desilusão” com as formas convencionais de política e as incertezas causadas

¹⁷ Em suas obras, as autoras utilizam o termo em inglês “transnational advocacy networks”, traduzido livremente neste trabalho para “redes de ativismos/ativistas internacionais”.

pelo processo de globalização, conforme visto no capítulo anterior. Tais redes, que podem ter atuação nos mais diversos temas - como ciência, economia e política - muitas vezes se caracterizam como redes de ativismo internacional, que se definem principalmente por valores compartilhados que motivam sua formação (KECK; SIKKINK, 1999).

Ressalta-se a visão de Cox (1999), de que enquanto o Estado corporativista foi capaz de diminuir consideravelmente a capacidade de ação da sociedade civil, o processo de globalização representou um impulso a estes movimentos. Cox (1999, p. 9, tradução nossa) defende que “a globalização da produção está reestruturando a força produtiva global de maneiras que desafiam as noções de estrutura de classes do século XIX e começo do século XX”.¹⁸ Ao mesmo tempo, a divisão internacional do trabalho motivada pela globalização da produção leva a uma nova configuração da sociedade civil, que, para Cox (1999) passa a ser o âmbito pelo qual atores descontentes com o processo de globalização são capazes de se organizar e manifestar suas insatisfações. Soma-se a isso o fato de que - apesar de as realidades locais de cada país continuarem sendo muito relevantes, como defendido por Gramsci (*apud* COX, 1999) - as economias nacionais e as dinâmicas domésticas são cada vez mais dependentes da economia global, o que contribui para o movimento de “renascimento” da sociedade civil impulsionado pela globalização, como apontado por Cox (1999).

Keck e Sikkink (1999) analisam o fenômeno de um viés menos voltado para a economia, entendendo que é a mudança nas relações entre os atores estatais no final do século XX (que até então era dominada por questões de *Hard Power* ou *High Politics*) que possibilitou a agência dos atores não estatais na dinâmica global. Para elas, é importante frisar, porém, que a globalização não é um fenômeno que empurraria o mundo inevitavelmente para processos mais globais, mas uma sucessão específica de fatos que poderiam, afinal, ter sido diferentes. Essa dinâmica é fortemente influenciada pelo advento de novas tecnologias, o chamado de “encurtamento das distâncias”, e a maior facilidade no compartilhamento e levantamento de informações. (KECK; SIKKINK, 1999).

Bringel e Falero (2008) refletem sobre o que chamam de processo duplo ocorrido neste período. Para os autores, passa a crescer o intercâmbio político “debaixo” dos Estados, fora dos marcos institucionais-partidaristas - o que abre espaço para novas formas de ação coletiva dentro da sociedade civil doméstica - ao mesmo tempo em que irrompe a política “de

¹⁸ The globalization of production is restructuring the world labour force in ways that challenge 19th and early 20th century notions of class structure.

fora dos Estados”, no âmbito transnacional, o que de certa forma rompe com os conceitos de territorialidade política do Estado e transgride as fronteiras nacionais. Para os autores, estas dinâmicas tiram do Estado o protagonismo total na análise da política doméstica e até mesmo das mudanças internacionais. Essa afirmação não significa que o Estado não é importante do ponto de vista prático ou analítico, mas que os rompimentos conceituais trazidos no que se refere à territorialidade, difusão e atuação dos movimentos, faz com que a unidade “Estado” não possa ser mais o único referencial válido.

Keck e Sikkink (1998) têm uma visão similar, quando afirmam que concordam com o argumento de Bull (1977, *apud* KECK; SIKKIN, 1998) de que o mundo está sim organizado em uma sociedade global, mas discordam com a ênfase de Bull na sociedade de *Estados*. Na visão delas, a sociedade internacional organiza-se em um novo sistema de camadas, que sobrepõem autoridade e lealdade. É importante fazer este tipo de observação acerca da natureza dos movimentos transnacionais dentro do Sistema Internacional e essa problematização sobre o papel do Estado pois, para as autoras, a lógica das redes de ativistas internacionais está frequentemente em conflito com os Estados sobre conceitos básicos e ao mesmo tempo tem mecanismos de funcionamento diferente de outras Organizações Internacionais (como o Comitê Olímpico Internacional) que são concebidas e atuam considerando a unidade Estado como seu principal eixo.

No ponto de vista de Bringel e Falero (2008), a unidade explicativa da sociedade civil e dos movimentos sociais internacionais é o próprio proletariado: a união das pessoas que, de alguma maneira, encontram-se oprimidas pelo sistema capitalista. Eles ressaltam ainda como a própria noção de Estado e os conceitos de identidades nacionais são construídas socialmente, formando uma subjetividade coletiva que é difusa, vaga, e se torna insuficiente para justificar a permanência dos movimentos dentro de uma fronteira (que afinal de contas, é um construto social). A essa ideia, pode-se somar a interpretação de Foweraker (1995) sobre a superficialidade dos vínculos sociais e a importância dos movimentos para a construção e cristalização de identidades, conforme visto no primeiro capítulo. Considerando, então, que os movimentos sociais refletem as características das sociedades às quais estão inseridos, é possível entender o acirramento da internacionalização do ativismo na virada do século XXI ao relacionar as ideias trazidas por Bringel e Falero (2008) com o processo de mobilização a partir da globalização trazido por Cox (1999), numa espécie de relação de causa

(globalização) e efeito (internacionalização). De acordo com Keck e Sikkink (1998, p.215, tradução nossa)¹⁹

[...] a teoria das redes liga as crenças construtivistas de que as identidades nacionais são construídas com pesquisas empíricas que traçam o caminho pelo qual esse processo ocorre, além de identificar os limites materiais e ideológicos para tal construção num momento de configuração particular da história e política.

Ainda para as autoras, reconhecer este processo construtivo é importante, em diversas discussões relacionadas às redes transnacionais, uma vez que a construção dos discursos e a percepção deles pode ser fundamental na atuação das redes. Por exemplo, no que tange à questão da soberania, para os países do Sul Global, acaba constituindo-se uma reação de desconfiança na atuação de iniciativas internacionais, que poderiam colocar em jogo sua autonomia, que é mais frágil. Enquanto isso, para os países do Norte Global, forma-se uma impressão de que é melhor para as finalidades das redes transnacionais que os países do Sul tenham menos soberania, pois assim torna-se mais fácil ingerir em temas sensíveis às suas pautas (como ambientalismo e Direitos Humanos). (KECK; SIKKINK, 1998).

Sidney Tarrow (2009), entretanto, tem uma visão bastante diversa das que foram trazidas até aqui. Para o autor, é incorreto afirmar que o processo de acirramento das organizações transnacionais é um resultado direto da globalização, uma vez que muitas das interações observadas na virada do século passado não têm a ver diretamente com esse fenômeno. Ao mesmo tempo, ele refuta o argumento de que o movimento de transnacionalização deslocou a autonomia dos Estados ou que os Estados do Norte tenham sido capazes de exercer sua influência por meio de tais movimentos sociais. Tarrow (2009) adota um ponto de vista mais modesto, em que observa essas dinâmicas como processos de conexões frouxas que, apesar de operarem mudanças na normativa nacional e internacional, não foram capazes de mudar de fato a dinâmica de distribuição de forças do Sistema Internacional.

Keck e Sikkink (1999 e 1998), por sua vez, chamam atenção para a construção das narrativas de identidades e valores compartilhados, que, para elas, é um dos fatores mais importantes (senão o principal) na constituição das redes de ativismos transnacionais, uma vez

¹⁹ In this sense, network theory links the constructivists belief that international identities are constructed to empirical research tracing the paths through which this process occurs, and identifying the material and ideological limits to such construction in particular historical and political settings.

que elas são motivadas por valores, e não por normas ou preocupações profissionais. Isso faz com que ocupem uma categoria única na política internacional, segundo as autoras. A própria definição destas redes de ativismos internacionais passa pelo conceito das identidades e valores compartilhados: “uma rede de ativismo transnacional inclui aqueles atores trabalhando internacionalmente em um tema, que são unidos por valores compartilhados, um discurso comum e densa troca de informações e serviços.” (KECK; SIKKINK, 1999, p. 89, tradução nossa).²⁰ É importante ressaltar também que apesar de enfatizar o papel das identidades e valores para a teoria de Keck e Sikkink, as autoras também entendem que este é um conceito artificialmente construído, cabendo às redes de ativistas transnacionais não apenas o reforço narrativo e difusão destes conceitos, mas também a própria construção dessas noções de identidade. O esforço narrativo, além de descrever uma realidade, também busca alterá-la. O fato de estarem inseridas em áreas com conteúdo altamente valorativo (como Direitos Humanos e ambientalismo) pode ser entendido tanto como um pré-requisito para estas redes quanto um resultado de seu trabalho construtivo, com grande foco em mobilizar informação e influência transnacionalmente, o que também as diferencia de outras organizações (KECK; SIKKINK, 1999).

O trabalho com informação das redes é, para Keck e Sikkink (1999), o pronto fundamental de sua atuação, da mesma forma que a construção das identidades é o ponto primordial de sua formação. As autoras apontam quatro principais canais de atuação desses grupos, todos eles ligados, direta ou indiretamente, com a criação, utilização ou difusão de informação. São eles:

- a) *Política de informação*, ou a habilidade de mover informações politicamente úteis com rapidez e credibilidade para onde elas terão o maior impacto;
- b) *Política simbólica*, ou a habilidade de chamar atenção para símbolos, ações ou histórias que dão sentido à uma situação, ou reivindicar uma audiência que, frequentemente, está distante; [...]
- c) *Política de influência*, ou a habilidade de convocar atores poderosos para afetar uma situação na qual membros fracos de uma rede dificilmente teriam influência;
- d) *Política de prestação de contas*, ou o esforço para obrigar atores mais poderosos a atuarem em políticas públicas ou princípios mais amplos que eles formalmente endossaram. (KECK; SIKKINK, 1999, p. 95, tradução nossa, grifo do autor).²¹

²⁰ A transnational advocacy network includes those actors working internationally on an issue, who are bound together by shared values, a common discourse, and dense exchange of informations and services.

²¹ a) *Information politics*, or the ability to move politically usable information quickly and credibly to where it will have the most impact; b) *symbolic politics*, or the ability to call upon symbols, actions or stories that make

Quanto à influência exercida pelas redes, Keck e Sikkink (1999) alegam que, já que podem haver diversos objetivos em diferentes níveis, as redes não exercem sua influência de forma uniforme, mas observa-se cinco estágios progressivos. Eles são exercidos de forma sequencial e crescente, ou seja, para chegar ao último estágio de influência, é necessário primeiro inserir o tópico na agenda, e assim sucessivamente. São esses os estágios:

- 1) Criação da pauta e configuração da atenção/agenda;
- 2) Influência nas posições discursivas dos Estados, Organizações Regionais e Internacionais;
- 3) Influência em procedimentos institucionais;
- 4) Influência em mudanças políticas nos “atores alvo”, que podem ser Estados, Organizações Internacionais e Regionais, ou atores privados [...];
- 5) Influência no comportamento do Estado; (KECK; SIKKINK, 1999, p. 98, tradução nossa).²²

Ainda para as mesmas autoras, é possível observar uma maior facilidade em progredir neste fluxo de influência quando os tópicos trabalhados pelas redes envolvem dano físico à populações vulneráveis (como no caso da mutilação de pés femininos, na China) ou desigualdades legais de oportunidades (como na questão do voto feminino). Dessa forma, as redes podem realizar ajustes narrativos para se encaixarem na categoria que mais irá produzir efeitos materialmente. Por exemplo, se a causa de proteção dos indígenas não produz tantos resultados quanto desejado ao ser ligada a campanhas ambientais, então pode ser evocado seu direito à propriedade, sua falta de igualdade material, ou mesmo as ameaças físicas que sofrem para fortalecer a pauta. Da mesma forma ocorre com as campanhas feministas, que podem não atingir efetividade partindo apenas de um ponto valorativo de ética e igualdade, mas tende a gerar mais frutos quando são trazidas as faltas de igualdades jurídicas e o dano físico causado à mulheres vítimas de violência. As campanhas anti-escravidão são uma exceção pois envolvem ambos os pontos de desigualdade jurídica e violência física. (KECK; SIKKINK, 1999; 1998).

sense of a situation or claim to an audience that is frequently far away [...]; c) *leverage politics*, or the ability to call upon powerful actors to affect a situation where weak members of a network are unlikely to have influence; and d) *accountability politics*, or the effort to oblige more powerful actors to act on vaguer policies or principles they formally endorsed.

²² 1) issue creation and attention/agenda setting; 2) influence on discursive positions of states and regional and international organizations; 3) influence on institutional procedures; 4) influence on policy change in ‘target actors’ which may be states, international or regional organizations, or private actors like the Nestlé corporation; 5) influence on state behaviour.

Além disso, ainda falando da capacidade de mobilização das redes, Keck e Sikkink (1999) afirmam que a forma de atuação das redes transnacionais passa pelo que chamam de “padrão bumerangue”. Esse fenômeno acontece principalmente no que tange a questões relacionadas a direitos humanos. Isso ocorre pois os Estados que são, em tese, seus principais garantidores, muitas vezes falham nessa função, ou são os próprios responsáveis pela violação de direitos, fato que tende a ocorrer principalmente em Estados subdesenvolvidos. Em muitos desses casos, organizações domésticas expressam suas preocupações internacionalmente, criando conexões em rede com organizações de países desenvolvidos que, por sua vez, costumam ter bons canais de diálogo com seus respectivos governos no referido tema. Dessa forma, as organizações destes países desenvolvidos são capazes de, articuladas com seus governos, exercerem pressão externa nos outros países, o que constitui o mencionado padrão bumerangue (KECK; SIKKINK, 1998; 1999).

Já para Tarrow (2009), a atuação das organizações transnacionais da sociedade civil pode ser entendida pela intersecção de duas variáveis - os locais de intersecção e o número de atores envolvidos - resultando em quatro principais processos: a internalização das normas internacionais; a externalização de atores domésticos; a transnacionalização da ação coletiva; e as coalizões de *insiders/outsideers*. Para ilustrar cada um deles, o autor utiliza casos reais, mas considera que nenhum deles foi capaz de mudar radicalmente o equilíbrio global.

Em que pese para os autores trabalhados até aqui, o fenômeno das redes de ativismos transnacionais tenha passado por uma forte expansão a partir da década de 1980, Keck e Sikkink (1998) e Alonso (2010) apontam como estes acontecimentos podem ser observados desde as campanhas anti-escravidão. As primeiras, trazem como exemplo ilustrativo a pressão internacional pela abolição nos EUA em meados do século XIX, pois, apesar dos diversos movimentos internos acerca do tema, defendem que foi a grande pressão britânica que levou, de fato à abolição. Alonso (2010) por sua vez, remonta à trajetória de Joaquim Nabuco²³ alcunhando-o de “aboliconista cosmopolita”, referindo-se à sua grande gama de contatos internacionais, capazes de articular forças externas e auxiliar com a pressão política necessária para a decisão no Brasil. Ambas as autoras destacam que havia no século XIX uma rede transnacional de aboliconistas que era ativa e motivada principalmente por valores humanos e solidários, muitos deles impulsionados por sentimentos religiosos. Keck e Sikkink (1998)

²³ Joaquim Nabuco (1849-1910) foi um político, diplomata, advogado e historiador brasileiro. Foi o mais importante e o mais popular dos aboliconistas. Foi nomeado para a cadeira nº. 27 da Academia Brasileira de Letras. Disponível em <https://www.ebiografia.com/joaquim_nabuco/>

também mencionam a forte articulação internacional do movimento feminista ao longo do século XIX, que chegou a realizar encontros internacionais sobre o tema e foi fundamental para a conquista em diversos países ocidentais. Além dos próprios resultados importantes que estes movimentos trouxeram para suas respectivas áreas de atuação, essas redes também exemplificam os processos de diálogos constantes que acontecem entre as diferentes redes. Como apontado por Keck e Sikkink (1998; 1999) é possível observar, por exemplo, a forte influência do movimento abolicionista na formação do movimento sufragista feminino, não apenas enquanto “inspiração” de formas de trabalho ou valores, mas com membros compartilhados entre os mesmos movimentos, canais de comunicação cruzados e a utilização de uma rede de apoio já construída pelo primeiro. Da mesma forma, mais tarde, será observada uma influência parecida do movimento feminista dentro do movimento LGBTI, por exemplo.

Há diversos outros exemplos de movimentos de ativismos transnacionais bem-sucedidos em suas reivindicações. Tarrow (2009) cita quatro, que ilustram cada um dos principais processos da internacionalização apontados por ele: a questão dos coreanos residentes no Japão, ilustrando o processo de internalização das normas de Direitos Humanos, já que o principal trunfo dos coreanos foi justamente evocar os princípios internacionais para o âmbito interno; a luta por igualdade de gênero na Grã-Bretanha, ilustrando a externalização de atores domésticos, nesse caso para ao Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias; as marchas na Europa contra o desemprego entre 1984 e 1997, que representam o fenômeno da transnacionalização de fato, uma vez que muitas destas marchas foram organizadas simultaneamente por atores internacionais, não internalizadas ou externalizadas como em outros casos; e, por fim, o avanço pelos direitos das mulheres na Ásia como um exemplo das coalizões de *insiders/outsideers*, que representam uma forma de ativismo que prioriza a ação interna, mas mantém as “portas internacionais abertas”. (TARROW, 2009).

Outros exemplos notórios de movimentos internacionalizados são as rede ambientais, que evocam princípios jurídicos como os Bens Públicos Globais, conforme a definição de Samuelson (1954), alegando que as ações praticadas em um país geram externalidades enfrentadas por outros países, com atores atuando globalmente, como a WWF e o Greenpeace. Além deste tema a área da saúde também tem um histórico com os movimentos internacionais, com grandes atores atuando internacionalmente (como o Médicos Sem Fronteiras e a Cruz Vermelha) e um caso da década de 1990 envolvendo o Brasil que ilustra

perfeitamente o efeito bumerangue. Este caso, conforme analisado por Mello e Souza (2012), refere-se à quebra das patentes dos medicamentos de HIV por parte do Brasil, que gerou controvérsia comercial com farmacêuticas estadunidenses mas, devido à forte articulação de atores domésticos brasileiros (como ONGs e associações) com atores estadunidenses (bem como um intenso trabalho diplomático), foi-se capaz de mobilizar a opinião pública estadunidense de forma favorável à quebra. Dornelles (2010) também chama atenção para o que chama de movimento de internacionalização dos Direitos Humanos, referindo-se uma dinâmica de delegar à esfera Internacional questões legais à essa pauta, com influência de mobilizações da sociedade civil, mas prestando atenção principalmente à questão jurídica.

Muitos destes movimentos de internacionalização - especialmente o feminista, movimento negro, e os movimentos de Direitos Humanos - mostram ter forte influência no processo de transnacionalização do movimento LGBTI (que será explorado no próximo capítulo), tanto pela proximidade valorativa das reclamações quanto pela proximidade de espaço/tempo de atores influentes. No próximo capítulo, analisa-se o processo de internacionalização do movimento LGBTI, buscando compreender o processo de constituição de suas redes de ativistas, principais atores globais envolvidos e algumas conquistas desse movimento.

4 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO LGBTI

O presente capítulo tem como principal objetivo explorar de que forma se dá o processo de internacionalização do movimento LGBTI, com foco na identificação de alguns dos principais atores envolvidos, a construção da agenda nas Organizações Internacionais e ganhos obtidos nos níveis transnacionais. Além disso, busca-se também entender o papel da América Latina e do Brasil nessa dinâmica.

4.1 O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Uma das conclusões a que chegam Keck e Sicking (1998), em seu trabalho sobre as redes de ativismos transnacionais, é sobre as diversas similaridades entre os movimentos internacionalizados e os domésticos. Entre elas, é possível citar a centralidade que tem a construção de identidades para ambas as manifestações civis. Tanto Foweraker (1995), falando sobre o nível doméstico, quanto Keck e Sicking (1998), tratando sobre o nível internacional, concordam que o principal núcleo de união dos movimentos sociais é a construção de uma identidade que conecte os membros do grupo e que, segundo Foweraker (1995) em última instância os impulsiona a agir. Com relação ao movimento LGBTI não é diferente. Desde o início das manifestações do movimento em sua forma contemporânea observa-se a ênfase dada na definição dos termos identitários: quem faz parte do grupo; quais são os termos, pautas e avanços buscados; quem tem direito de falar pelo movimento. É nesse campo de disputa da legitimidade que o movimento diversas vezes silencia lésbicas, bissexuais, transgêneros e se torna o “Movimento GGG”. Essas e outras questões sempre estiveram à frente do debate no movimento LGBTI pois são alguns dos aspectos mais primordiais de sua construção identitária. (RODRIGUES, 2018; GONZAGA, 2017). Para Rodrigues (2018) o processo de formação e atuação da comunidade LGBTI é, por essência, a expressão de uma luta de natureza semântica ou dialética, na qual constantemente busca-se a significação ou ressignificação de termos e conceitos. Um exemplo claro da luta LGBTI enquanto semântica está na substituição do termo “homossexual” para “gay” (do inglês alegre), visto que o primeiro remete à Inglaterra vitoriana, onde era utilizado de forma ofensiva para referir-se a pessoas que praticavam os atos “antinaturais”, de forma a designá-las como promíscuas, impuras. Da mesma forma, o termo “homossexualismo” -

amplamente utilizado em leis, estudos médicos e pela imprensa - de cujo sufixo “*ismo*” denota uma condição patológica, foi adequado para “homossexualidade”, abandonando aos poucos as narrativas que aproximam as pessoas LGBTI da visão de seres doentes ou problemáticos. (RODRIGUES, 2018).

Rodrigues (2018) defende que, da mesma forma que os movimentos domésticos travam suas batalhas semânticas a nível local, definindo quais são as narrativas corretas e quem tem o direito de usá-las, no nível internacional o movimento LGBTI busca-o fora das fronteiras, nos âmbitos regional, global e nas Organizações Internacionais. Para isso, o autor entende que o ativismo procura construir uma identidade LGBTI global para a estratégia do movimento, englobando o máximo de indivíduos possível. Também Garcia e Parker (2017) e Ayoub (2017) reforçam a importância da construção dessa identidade global, que seja capaz de unir as pessoas LGBTI em torno da causa. Fazendo um paralelo com Foweraker (1995), isso se dá devido à frouxidão dos laços sociais tidos como básicos, sendo necessário criar grupos de empatia e solidariedade em torno de um ideal comum. No caso do movimento LGBTI, este ideal seria lutar contra a opressão causada pela OSIG.

A dinâmica de construção de uma narrativa identitária nasce nos Estados Unidos, após o fenômeno de Stonewall, com foco principal nas cidades de Nova Iorque, Los Angeles, Chicago e São Francisco. O fato de essas cidades serem considerados “ambientes globais” não é uma coincidência e certamente é um fator decisivo para a exposição das atividades da comunidade LGBTI para o restante do mundo (GONZAGA, 2017). Ainda tendo em mente a questão da construção de identidades e narrativas, é importante ressaltar que as primeiras Paradas do Orgulho Gay nascem também com um objetivo claro de ressignificação: definir perante a sociedade estadunidense a população LGBT como um grupo de pessoas normais, que não representam uma ameaça. A imagem 3, abaixo, ilustra a natureza da manifestação. Além disso, essas paradas também tiveram papel importante em reforçar os sentimentos de orgulho e a identidade do grupo (GONZAGA 2017; TERTO; SOUZA, 2014). Para Gonzaga (2017) tais manifestações foram fundamentais para a constituição do movimento LGBTI internacionalmente pois, em primeiro lugar, foram capazes de incentivar e inspirar o surgimento de movimentos similares no restante do mundo. Em adição, além de reforçar a narrativa de dentro do movimento para fora dele (narrativa inicialmente quase exclusiva dos Gays, vide a foto abaixo da primeira parada Gay, onde aparecem apenas homens) teve um

papel importante para começar a construir junto com a imprensa uma imagem mais favorável acerca de OSIG.

Imagem 4 - Primeira parada do Orgulho Gay em Nova Iorque



Fonte: The New York Times. Disponível em:
<<https://www.nytimes.com/2019/06/27/nyregion/pride-parade-first-new-york-lgbtq.html>>

A partir da década de 1970, segundo Gonzaga (2017) a rede de ativistas LGBTI vai se tornando gradativamente mais internacionalizada e a influência dos países “mais adiantados” passa a espalhar-se para outros lugares. Um exemplo claro desse processo é a primeira publicação brasileira sobre a temática gay: o *Lampião da Esquina*. O fundador do jornal, João Antônio Mascarenhas, decidiu iniciar o editorial por influência do “*Gay Sunshine*”, revista editada em São Francisco para o público homossexual, da qual ele era assinante. Além disso, Mascarenhas mantinha diálogo com militantes estadunidenses, fato que era reproduzido também por outros militantes brasileiros, o que ilustra a rede em formação. Historicamente falando, segundo Ayoub (2017) é incorreto, porém, afirmar que as redes de ativismo transnacionais LGBTI nascem apenas após Stonewall. O autor aponta algumas tentativas de mobilização (domésticas e internacionais), agrupamentos e até encontros internacionais com ativistas sobre o tema. Entretanto, ele aponta que apenas no pós-Stonewall

é possível para essas redes (naquele momento muito mais fortalecidas) realmente se articularem em busca de pressão aos mecanismos governamentais, também influenciadas pela retórica dos Direitos Humanos, fortalecida no pós Guerra e na década de 1960.

Nesse contexto, nasce a ILGA (Associação Internacional de Lésbicas, Gays e Transexuais)²⁴, em 1978. A Associação, que até hoje é a única federação global de ONGs LGBTI, cumpriu um importante papel em fortalecer as redes de ativismo em formação, além de institucionalizar sua atuação transnacional. Ao longo de sua trajetória de 41 anos, a ILGA passou a representar 1.228 organizações em 123 países, com 6 escritórios regionais (JARK, 2018). Sua fundação se deu por representantes de dez países: Austrália, Inglaterra, Dinamarca, França, Irlanda do Norte, Irlanda, Itália, Holanda, Escócia e Estados Unidos na conferência anual da Campanha pela Igualdade Homossexual, movimento existente desde 1969. Dois principais objetivos foram declarados na criação da ILGA, segundo a própria associação:

- Maximizar a efetividade das organizações da causa gay, coordenando a ação política no nível internacional em busca dos direitos homossexuais e, em particular, aplicar pressão política coordenada em governos e instituições internacionais;
- Estabelecer um centro de informação para distribuir informações de assuntos relevantes entre organizações gays para promover um maior conhecimento sobre a opressão gay e identificar as áreas de possível pressão política internacional. (ILGA, 2018, tradução nossa).²⁵

A ILGA provavelmente configura o exemplo perfeito da teoria de Keck e Sikkink (1998) no que se refere às redes transnacionais aplicadas à causa LGBTI. Além de oficializar e conferir aparato organizacional para a rede LGBTI, a ILGA nasce com duas premissas que são, conforme visto no capítulo anterior, cernes das redes de ativismo internacional: o ideal de construção de identidades e o trabalho massivo com informação. Nesse sentido, é possível afirmar inclusive que a ILGA está bastante adiantada com relação à teoria de Keck e Sikkink

²⁴ Atualmente, em inglês: International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex association. Originalmente, a associação adotou o nome de IGA (International Gay Association). Como sua fundação se deu apenas por homens gays, decidiu-se não utilizar o termo “Lésbicas” no nome da associação até que mulheres estivessem envolvidas com o projeto. O nome foi alterado em 1987 e permanece o mesmo até hoje, apesar de representar mais grupos além daqueles que estão expressos no acrônimo (gays e lésbicas). Tem escritórios regionais para Europa, América Latina e Caribe, África, América do norte, Oceania e Ásia. Disponível em <<https://ilga.org/ilga-history>>.

²⁵ • To maximise the effectiveness of gay organisations by coordinating political action on an international level in pursuit of gay rights and in particular to apply concerted political pressure on governments and international institutions; •To set up an information centre to distribute information on gay matters between gay organisations to promote a wider knowledge of gay oppression and identify areas where international political pressure

(1998), uma vez que as autoras reforçam o quanto o foco na difusão da informação é algo que se torna central a partir da globalização da comunicação (décadas de 1980 e principalmente 1990) e a ILGA já é concebida com esse intuito exercendo esse papel na década de 1970. A Associação, atualmente, ainda ocupa-se principalmente com as duas funções que foram definidas em sua origem: criando conteúdo relevante para a comunidade, de forma a reforçar as principais narrativas acerca da opressão (construindo assim as identidades comuns), e difundindo este conteúdo; e atuando com pressão política, por meio de lobby, relacionamento institucional e influência de apoiadores, relacionando-se principalmente com as Nações Unidas e a União Europeia. (ILGA, 2018; JARK, 2018).

Ambas as ações desempenhadas pela associação podem ser enquadradas no que Rodrigues (2018) chama de questões semânticas ou dialéticas, uma vez que tanto a difusão de informações para a comunidade quanto as ações de lobby e pressão institucional buscam fortalecer ou modificar narrativas e conceitos vigentes. Perante os ativistas, busca-se principalmente fortalecer a narrativa da opressão causada por OSIG, fazendo esse entendimento difundir-se na sociedade. Perante as Organizações Internacionais e governos, busca-se modificar narrativas presentes (a omissão do tema em determinados tópicos, por exemplo) e incluir a pauta da opressão LGBTI principalmente no que se refere a questões de Direitos Humanos. (RODRIGUES, 2018; GONZAGA, 2017). Segundo a própria ILGA e Jark (2018), a forma de atuação da associação nos fóruns internacionais se dá não apenas através do lobby, das relações diplomáticas e negociações internas, mas também por meio da mobilização popular e construção de pressão através de meios de comunicação e outros atores políticos. Exemplos dessa atuação (além das conferências anuais que são espaços políticos de discussão) são manifestações e abaixo-assinados organizados pela ILGA.

Além da criação da ILGA e sua atuação ao longo dos últimos 40 anos fortalecendo a rede ativista LGBTI, um outro fator que marcou o processo de transnacionalização do movimento LGBTI foi a epidemia de AIDS/HIV. De acordo com Garcia e Parker (2007), o vírus foi capaz de alterar não apenas o ativismo LGBTI, mas toda variedade do que os autores chamam de “movimentos por direitos sexuais”, que engloba também movimentos feministas, além de ter moldado um campo de ativismo próprio. Para os autores, é possível observar que a epidemia tornou-se o foco de grande parte dos ativistas, tanto lutando por políticas de saúde que protegessem a comunidade LGBTI (que era, na época, uma das mais vulneráveis à situação) quanto buscando construir a narrativa de que o HIV/AIDS não eram “o câncer gay”

e não podia ser apenas associado àquela comunidade. Além disso, os autores também expõem como a doença foi capaz de aproximar diversas redes de ativismo em torno dessa pauta, como as da área da saúde pública e movimentos feministas, com o movimento LGBTI. De fato, Jark (2018) reforça o quanto a questão do HIV/AIDS foi o principal foco dos movimentos de minorias sexuais no período, devido à urgência de políticas públicas adequadas e a emergência do debate no âmbito internacional. Para o autor, a crise acabou por gerar uma aproximação entre as ONGs ativistas, o poder público (principalmente na forma do Ministério da Saúde, no caso do Brasil) e Organizações Internacionais (como OMS e Banco Mundial). De acordo com Dehesa (2015 *apud* JARK, 2018), a articulação entre o governo brasileiro e o movimento LGBTI foi responsável por criar um programa de prevenção à AIDS/HIV que é referência no Sul Global, sendo o primeiro da América Latina.

Considerando as reflexões expostas até o momento, é possível entender que a internacionalização do movimento LGBTI tem algumas características marcantes: é focada na construção de uma identidade gay global (ainda que isso esteja repleto de problematizações) e num reforço narrativo; teve sua internacionalização “oficial” na década de 1970, mas a epidemia da AIDS/HIV impulsiona o processo de transnacionalização do movimento; não se limita ao “padrão bumerangue”, como explicado por Keck e Sikkink (1998)²⁶, mas atua também em um nível supranacional, capitaneado principalmente pela ILGA, que negocia diretamente com organismos internacionais. A própria questão do HIV/AIDS pode ser enxergada como uma ilustração do padrão bumerangue, pois demonstra como as iniciativas locais, ao serem internacionalizadas buscando pressão externa, podem ser refletidas em ações e políticas domésticas. Além disso, o movimento exemplifica também alguns dos processos trazidos por Tarrow (2009), como a externalização de atores domésticos e as coalizões *insiders/outsideers*, a depender do seu contexto local. Ainda com relação à ILGA, segundo o entendimento de Tarrow (2009), é possível alegar que a organização representa um processo de externalização de atores (uma vez que foi fundada por atores que já atuavam em suas realidades domésticas) mas que passa a desempenhar um papel de coordenação do processo de transnacionalização da ação coletiva.

Entretanto, acerca da construção de uma “identidade gay global”, há uma preocupação entre acadêmicos e ativistas quanto à natureza e à dinâmica desse processo.

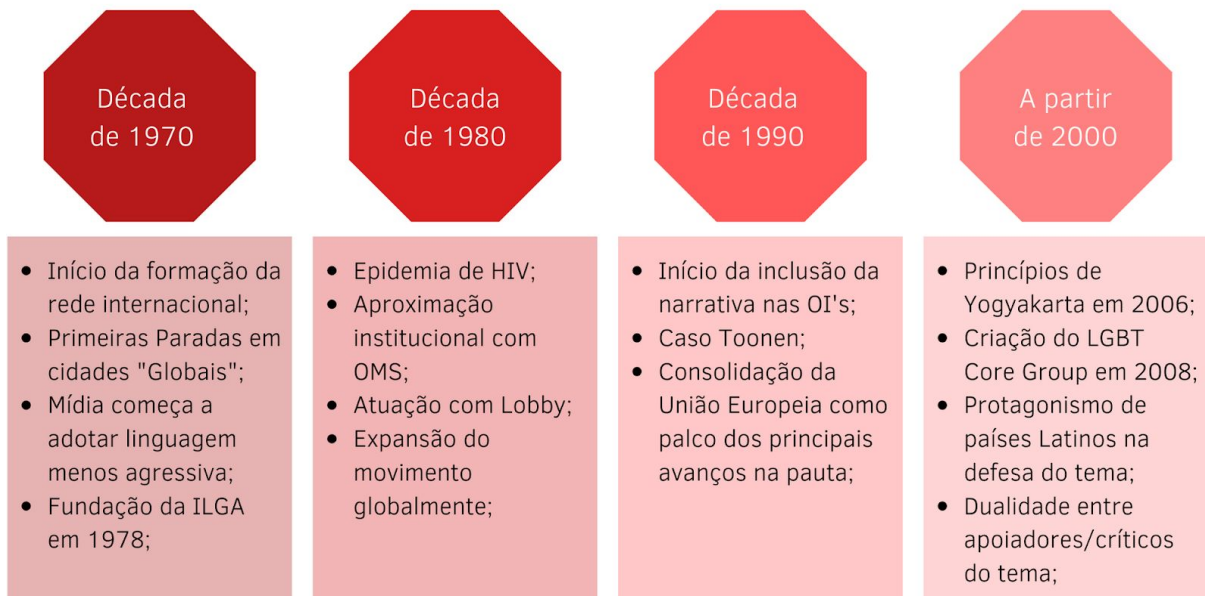
²⁶ Ver Nagamine (2014) - Os Direitos de Pessoas LGBTI em Uganda: redes transnacionais de advocacy e a lei anti-homossexualidade.

Autores como Rao (2011), Jark (2018) e Rodrigues (2017) apontam para uma perigosa oportunidade de colonização através do movimento. Rao (2011) em sua obra “Ecos do imperialismo no ativismo LGBT”²⁷ (tradução nossa) aponta para uma política de interesses dos países do Norte global ao tentarem impor um padrão de comportamento ao restante, bem como uma espécie de “orientalismo” no que se refere à questão LGBTI, onde há um “nós” muito bem definido (sociedade ocidental, civilizada quanto a costumes sexuais) e um “eles” a ser educado. Para ele, é possível traçar um paralelo entre o movimento feminista da era vitoriana, que expandiu para as colônias, mas com o objetivo de gerar vantagens às mulheres da metrópole. Para Rao (2011) é possível observar inclusive um padrão sendo construído, no qual o status com relação aos direitos da população LGBTI é enxergado como um termômetro do nível de desenvolvimento. Tal fato é preocupante, pois pode configurar mais uma justificativa de intervenção dos países do Norte, na intenção de “salvar” uma população vulnerável. Além disso, Rodrigues (2018) problematiza a construção da identidade global e das narrativas “oficiais”, que aceitam expressões de gênero e sexualidade nortistas, como o “gay” e o “queer”, mas nega expressões do Sul Global, como “bakkla”, “travesti” e “viado”. A própria Teoria Queer, que defende o termo guarda-chuva “queer” não pode ser vista de forma isenta, uma vez que é uma construção teórica (assim como todas as outras) construída por pessoas que carregam consigo cristalizações, reflexos sociais e construções identitárias próprias (no caso da Teoria Queer, é majoritariamente formulada por escritores do Norte Global, podendo ser considerada uma forma de disseminar academicamente os ideais citados anteriormente).

Explanados os principais motivadores, processos de base e marcos da internacionalização do movimento LGBTI, a próxima seção deste capítulo visa analisar como este processo se dá juntamente a Organizações Internacionais, bem como explorar as dinâmicas de negociação das agendas nesses organismo. Por fim, o esquema 4, disponível abaixo, sintetiza as principais tendências da internacionalização do movimento LGBTI exploradas até (aqui a partir da década de 1970) além de ganhos institucionais, conforme abordado na próxima sessão.

²⁷ Echoes of Imperialism in LGBT Activism

Esquema 4 - Linha do tempo da internacionalização do movimento LGBTI



Fonte: elaboração própria a partir de Jark (2018), Gonzaga (2017) e outras fontes deste trabalho.

4.2 OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E GANHOS INSTITUCIONAIS

Na discussão sobre o processo de internacionalização do movimento LGBTI, um dos tópicos mais relevantes é o reflexo dessa dinâmica no âmbito institucional transnacional e supranacional. Autores como Gonzaga (2017), Jark (2018), Ayoub (2017) e Nagamine (2019) reforçam como as Organizações Internacionais são um palco de constante luta e debate dos movimentos a fim de concretizar seus ganhos na forma de normativas institucionais.

Jark (2018), em sua pesquisa, analisa a formação de agendas de três organismos internacionais: ONU, OEA e Mercosul. Para o autor, um dos pontos mais relevantes com relação aos ganhos institucionais é o papel central que ocupam a América Latina e o Brasil nas negociações internacionais e na construção da agenda do tema. Isso se dá por diversos fatores, um deles é o fato de que os países do continente encontram-se em uma espécie de “meio termo” entre Ocidente e Oriente, ou Norte e Sul Global. Essa posição permite à região ocupar um papel de mediador de interesses e incentivador do diálogo nos meios institucionais supranacionais, sendo fator decisivo para a criação de grupos de trabalho específicos para atuação no tema no âmbito das Organizações estudadas por Jark (2018).

Mais especificamente com relação às Nações Unidas, Gonzaga (2017), afirma que ainda na década de 1990 iniciou-se o processo de inclusão da temática LGBTI na agenda.

Nesse período o movimento feminista já mencionava a questão, mas foi o caso Toonen contra a Austrália²⁸, levado ao Comitê de Direitos Humanos, que deu o pontapé para que diversos países entendessem que os tratados de Direitos Humanos poderiam abarcar a questão LGBTI. De acordo com Gonzaga (2017, p. 69)

Desde então, a ONU tem atuado no tema, cobrando o cumprimento das obrigações dos estados-membros em proteger e dar direitos a população LGBT. Por exemplo, o Comitê de Direitos Humanos expressou sua preocupação quanto ao assunto à Tanzânia e Romênia, pedindo a proteção da liberdade sexual. Outros comitês têm desenvolvido medidas que garantem a efetividade dos direitos LGBT entre eles o Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher (CEDAW), o Comitê contra a Tortura e o Comitê dos Direitos da Criança todos se pronunciaram em diversos momentos sobre o tema.

O'Flaherty e Fisher (2008 *apud* JARK, 2018), por sua vez, ressaltam que, ainda que juristas e especialistas em Direitos Humanos entendam que os princípios e tratados internacionais dessa área sejam suficientes para abarcar a proteção às populações LGBTI, diversas questões relacionadas à nomenclaturas e terminologias se tornaram obstáculos para o avanço das negociações sobre o tema e de uma articulação mais coesa na pauta. Dessa forma, Jark (2018) ressalta a importância do lançamento dos princípios de Yogyakarta²⁹, em 2006, para estreitar a articulação sobre o tema nas Nações Unidas, com diversos países apoiadores e atuantes em denunciar as opressões decorrentes de OSIG, como por exemplo a criminalização e penalização da homossexualidade. Esse processo articulado, que gerou diversas reivindicações por parte dos países apoiadores da causa LGBTI acabou por levar à formação do *LGBT Core Group*, em 2008,

com o intuito de articular uma mais acentuada absorção do tema na ONU [...] Partindo do princípio da não discriminação, um dos pilares da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o LGBT Core Group da ONU manifesta sua preocupação com as recorrentes violações de direitos humanos e liberdades fundamentais concernentes à OSIG que sucedem em todos os países do mundo. (UN, 2008a). A Declaração entregue pela Argentina, um país do Sul Global, urgia por mais representatividade destes Estados para o avanço dos direitos LGBTI na ONU. Em torno da Declaração, a articulação de atores estatais e não estatais evidenciou uma

²⁸ Primeiro caso denunciado ao Comitê de Direitos Humanos sobre violações aos direitos LGBTI (GONZAGA, 2017)

²⁹ Os Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Projeto realizado pela Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos, em nome de uma coalizão de organizações de direitos humanos. Os princípios foram elaborados por um grupo de estudiosos no tema e aprovados por unanimidade por um grupo de 29 especialistas de 25 países diferentes em Yogyakarta, na Indonésia. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf

das características no trato da agenda LGBTI na ONU: a relevância de se trabalhar com uma estratégia inter-regional [...]. (JARK, 2018, p. 82).

De acordo com Gonzaga (2017), é possível observar, desde então, um crescimento nos debates sobre o tema no âmbito das Nações Unidas, com países consolidando-se como defensores dos direitos relacionados às OSIG e outros como os principais opositores. O *LGBT Core Group* vem consolidando-se como um dos principais responsáveis pela inserção e fortalecimento dessas pautas, bem como pela tentativa de amenizar as controvérsias quanto ao tema. Segundo Nagamine (2018), o comprometimento formal da ONU com a inclusão da pauta LGBTI em sua agenda representa o reconhecimento da população LGBTI como minoria e a necessidade da manutenção de um espaço permanente de debate. A mesma autora alega que, quando se compromete formalmente em promover esses direitos, a ONU trata em larga escala sobre temas e conceitos mais ou menos consolidados pelas Cortes Europeias de Direitos Humanos, apenas sendo essas pautas recebidas com mais ou menos hostilidade a depender do grupo de países. As principais oposições nascem, para Gonzaga (2017) como reflexo de questões culturais e religiosas arraigadas em determinadas sociedades, mas Jark (2018) ressalta também uma desconfiança em países do Sul Global em aceitar essa agenda que, de forma geral, os parece como uma “armadilha” do Norte. Um outro marco, de acordo com Gonzaga (2017) é a candidatura da ABGLT e sua eleição com status consultivo no Conselho Econômico e Social da ONU, com a influência da missão diplomática do Brasil nas Nações Unidas.

A partir do exposto, portanto, é possível perceber a relevância da participação da sociedade civil na construção do debate nas Nações Unidas, bem como a influência exercida pelas redes de ativistas organizadas nesse tema. É evidente a controvérsia, mas também é crescente o apoio institucional de países e organizações internacionais, como a Anistia Internacional e o Observatório dos Direitos Humanos. Tendo em vista estas considerações, é possível concluir que as redes de ativismos internacionais têm certo impacto nas Organizações Internacionais, apesar de, até agora, não terem sido capazes de modificar efetivamente o Regime Internacional, permanecendo majoritariamente no campo dialético.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as diversas situações de violência e vulnerabilidades sofridas pela população LGBTI no mundo, bem como a crescente relevância do ativismo transnacional nas últimas décadas, este trabalho visou estudar o processo de internacionalização do ativismo LGBTI. A partir da perspectiva de politização, controle e repressão dos corpos e ações de pessoas com diferentes Orientações Sexuais e Identidades de Gênero (OSIG), o objetivo deste estudo foi explorar o como ocorre/ocorreu o processo internacionalização do ativismo LGBTI, entendendo os principais motivadores, marcos e avaliando seus resultados.

Para tanto, três objetivos específicos foram definidos: conceituar o movimento LGBTI dentro da temática dos movimentos sociais e sociedade civil; explorar a teoria da internacionalização dos movimentos sociais e redes de ativismos transnacionais; analisar o processo de internacionalização do movimento LGBTI e suas conquistas. Considera-se que todos os objetivos específicos foram alcançados, correspondendo respectivamente aos capítulos primeiro, segundo e terceiro deste trabalho.

O primeiro capítulo dedica-se a explorar os conceitos de sociedade civil, movimentos sociais e, mais especificamente, o movimento LGBTI no contexto global e brasileiro. É possível aferir, a partir do conteúdo exposto, que os movimentos sociais caracterizam-se enquanto manifestações genuínas da sociedade civil, refletindo características, anseios e contexto das sociedades as quais representam. Entende-se também, que a segunda metade do século XX marca uma profunda transformação nos movimentos sociais, causando alterações em suas dinâmicas de formação, difusão e atuação. Nesse sentido, é possível avaliar que o movimento LGBTI insere-se enquanto manifestação da sociedade civil, refletindo tanto as características e anseios do contexto em que está inserido quanto às mudanças observadas nos movimentos sociais desse período. Além disso, na segunda sessão do primeiro capítulo, explora-se a trajetória do movimento LGBTI no Brasil, sendo possível considerar que a maior parte de suas principais características acompanham o contexto internacional (encabeçado pelo ativismo estadunidense), ainda que o contexto local tenha imprimido características únicas para a realidade do Brasil - como a ditadura civil-militar, a epidemia de HIV/AIDS e a aproximação institucional com o Ministério da Saúde.

No segundo capítulo o principal objetivo é analisar a teoria da internacionalização dos movimentos sociais e a formação de redes de ativismos transnacionais. Para tanto,

utiliza-se como ponto de partida a ideia defendida por Cox (1999) de que a globalização teve um efeito marcante na atuação dos movimentos sociais e da sociedade civil. A partir da análise da teoria de Keck e Sikkink (1998;1999) sobre as redes de ativismo transnacionais, foi possível observar a importância do processo de construção narrativa de identidades e valores comuns entre essas redes, podendo ser considerado o principal fator referente à constituição destes grupos. Além disso, destaca-se a construção e difusão da informação como seu principal trunfo nas etapas referentes à sua atuação. A partir do que as autoras consideram as possíveis formas de atividade e níveis de influência deste tipo de movimento internacionalizado, pode-se inferir que o movimento LGBTI atua dentro de todas as cinco frentes de trabalho (política de informação; política simbólica, política de influência e política de prestação de contas), tendo níveis de influência distintos em cada contexto analisado.

O objetivo do terceiro capítulo consiste em descrever e problematizar as principais dinâmicas do processo de internacionalização do ativismo LGBTI de fato. Entende-se, a partir dele, que o movimento LGBTI, ao internacionalizar-se, acaba replicando algumas dinâmicas do ativismo doméstico, com destaque para a ênfase dada na construção de identidades, na busca por formar uma “identidade gay global”. Observou-se que é possível classificar as principais reivindicações da militância LGBTI dentro do campo dialético ou semântico, com enfoque em construção de narrativas favoráveis à pauta dos direitos LGBTI e ressignificação das narrativas conflitantes.

Observa-se que o processo de internacionalização é liderado, inicialmente por ativistas dos países do Norte global, que foram responsáveis pela constituição inicial da pauta e pela difusão primária de informações acerca do tema. Entretanto, com relação à tratativa do tema em Organizações Internacionais, esse protagonismo tem se deslocado para países do Sul, especialmente da América Latina, por exercerem um papel de mediadores entre apoiadores e não apoiadores do tema. Por fim, o capítulo também evidencia a influência da formação da ILGA no processo de internacionalização do movimento, a importância da epidemia de HIV/AIDS nessa dinâmica e a problemática que envolve a hegemonia do discurso nortista, branco, masculino e cisgênero na construção do debate. Observa-se, por fim, algumas das principais conquistas e avanços do ativismo no âmbito destas organizações - com ênfase na ONU.

É importante frisar que, por conta de limitações de tempo e acesso a fontes primárias de pesquisa (bem como tempo hábil para contactar tais fontes), este trabalho se debruça

apenas sobre os três objetivos específicos, a fim de responder à problemática de pesquisa. Por conta disso, ele aponta diversas possibilidades de aprofundamento no estudo. Entre elas, seria relevante uma avaliação da atuação do movimento LGBTI com políticas de prestação de contas e simbólica. Isso pois, aqui, evidencia-se especialmente a atuação das redes de ativistas LGBTI no âmbito das políticas de informação e influência, fato que pode ser concluído uma vez observados os esforços de organizações como a ILGA e a ABGLT (além de antecedentes históricos, como o *Gay Sunshine* e o *Lampião da Esquina*) em produzir materiais, relatórios e conteúdos facilmente replicáveis com o intuito de difundir e reforçar as narrativas favoráveis à pauta, bem como seu trabalho de lobby, comunicação com o poder público e influência na construção de agendas de organizações internacionais e legislações nacionais. Entretanto, isso não significa desconsiderar o trabalho do ativismo LGBTI internacionalizado com políticas simbólica e de prestação de contas, apenas não sendo possível concluir nada a respeito desses tópicos a partir do conteúdo da presente pesquisa. Recomenda-se, portanto, um aprofundamento no estudo acerca do esforço da militância LGBTI especificamente nesses espaços de atuação.

Também cabe ressaltar que uma das principais temáticas relacionadas ao tópico estudado é a formação de identidade LGBTI global e este ponto requer atenção especial para pesquisadores do Sul Global. De acordo com o que foi observado ao longo do trabalho, é necessário problematizar esta construção, uma vez que ela parte principalmente de ativistas do Norte, o que dificulta a aceitação de alguns países do Sul por conta de desconfianças históricas, além de também desconsiderar expressões de diversidade sexual não vindas do Norte. Seria interessante, por isso, aprofundar o estudo deste tópico em especial, analisando não apenas a postura colonialista das nações do Norte, mas também as reações específicas de seus pares do Sul, que possivelmente refletem o impacto dessa dinâmica na discussões e decisões em fóruns internacionais de deliberação.

Por fim, reconhecidos os limites de tempo e acesso às fontes primárias, a partir do conteúdo desta pesquisa é possível inferir que o processo de internacionalização do movimento LGBTI, apesar de terem conquistado avanços importantes na inclusão do debate nos fóruns internacionais, conseguiu operar apenas alterações superficiais no regime internacional acerca do tema. Não é possível afirmar, entretanto, que não há efeito prático do ativismo na dinâmica do Sistema Internacional pois a própria inclusão da pauta LGBTI nas Organizações Internacionais - ainda que repleta de controvérsias - constrange a ação dos

atores envolvidos. Com a inserção da temática LGBTI em tais espaços - como as Nações Unidas, a OEA e a União Europeia - e também o apoio amplo de países desenvolvidos e influentes política e economicamente, cria-se uma expectativa de ação do restante dos países. A noção de que os a situação da população LGBTI pode ser considerada um diagnóstico de civilidade ou desenvolvimento é um exemplo claro dessa alteração sutil no regime.

Entretanto, tais mudanças concentram-se especialmente no campo discursivo, dialético e semântico. Poucas alterações foram feitas no âmbito da *hard law*, a atuação das Organizações Internacionais e das potências globais em defesa dos direitos dessa população ainda é recomendativa e grande parte das discussões ainda se dá acerca de nomenclaturas e terminologias em leis, tratados e acordos. Traçando um paralelo com a teoria de Keck e Sikkink (1998) é possível afirmar que, num nível sistêmico, as redes de ativistas transnacionais LGBTI pararam na terceira etapa dos níveis de influência: a influência em procedimentos institucionais, passando pela criação da pauta e configuração da agenda e influência nas posições discursivas dos atores. Não foram capazes diretamente, ainda, de atingirem os outros dois níveis: a influência em mudança política em “atores alvo” e a influência direta no comportamento de Estados.

Ainda que tais debates sejam fundamentais para o progresso das conquistas necessárias, eles refletem muito pouco na realidade de populações marginalizadas no globo. Exemplo disso é o caso do Brasil: protagonista na inclusão da pauta em debate na esfera internacional, com diplomacia altamente atuante no tema e diversas alterações positivas no ordenamento interno (entre elas, o casamento igualitário e a cirurgia de transição de gênero feita pelo SUS), o país ainda é o primeiro colocado nos rankings de assassinato de travestis, transexuais e transgêneros.

Este trabalho termina, dessa forma, propondo um aprofundamento da pesquisa com foco em analisar a situação brasileira, de forma a entender qual o impacto do ativismo transnacional LGBTI na formulação e aplicação de políticas públicas no país. É fato que o ativismo LGBTI brasileiro é altamente internacionalizado (a exemplo da ABGLT), mas os reflexos dessa internacionalização no processo político brasileiro ainda não são claros e, certamente, ainda não são capazes de salvar todos os corpos LGBTI vítimas de violência aqui.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Renato. Butler e a desconstrução de gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p.179-183, jan. 2005. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a12v13n1.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

ALONSO, Angela. O abolicionista cosmopolita: Joaquim Nabuco e a rede abolicionista transnacional. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 29, n. 3, p.55-70, nov. 2010. Edição 88.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n88/n88a04.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2019.

Anistia Internacional. **LGBTI Rights**: Around the world, people are under attack for who they love, how they dress, and ultimately for who they are.. 2019. Disponível em:

<<https://www.amnesty.org/en/what-we-do/discrimination/lgbt-rights/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

AYOUB, Phillip M. A struggle for recognition and rights: expanding LGBT activism. In: BRYSK, Alison; STOHL, Michael (Ed.). **Expanding Human Rights**: 21st Century norms and governance. Northampton: Elgaronline, 2017. p. 13-34. Disponível em:

<<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=bqnfDQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA13&dq=internationalization+lgbt+movement&ots=BJsLqFyklp&sig=oKNaMi9wiq38A3EX9ECjPTUPsT0#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 03 set. 2019.

_____. Contested norms in new-adopter states: International determinants of LGBT rights legislation. **European Journal Of International Relations**, [s.l.], v. 21, n. 2, p.293-322, set. 2014. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1354066114543335>.

BRINGEL, Breno. ATIVISMO TRANSNACIONAL, O ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS NOVAS GEOGRAFIAS PÓS-COLONIAIS. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 16, n. 2, p.185-215, ago. 2010. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235294>>. Acesso em: 02 set. 2019.

BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. **Caderno Crh**, Salvador, v. 21, n. 53, p.269-288, maio 2008. Disponível em:

<http://novo.more.ufsc.br/artigo_revista/inserir_artigo_revista>. Acesso em: 20 set. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAÑIZARES, Emilio de Benito. OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais. **El País**. Madri, p. 1-1. 18 jun. 2018. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/internacional/1529346704_000097.html>. Acesso em: 15 out. 2019.

COX, Robert W.. Civil Society at the Turn of the Millenium: Prospects for an Alternative World Order. **Review Of International Studies**, Cambridge, v. 8, n. 1, p.3-28, Jan 1999.

Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/20097573?origin=JSTOR-pdf&seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 07 ago. 2019.

DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney (Org.). **Transnational protest and global activism**. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers Inc., 2005. Disponível em: <<http://voidnetwork.gr/wp-content/uploads/2016/09/Transnational-Protest-and-Global-Activism-by-Edited-by-Donatella-della-Porta-and-Sidney-Tarrow.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2019.

DIAS, Tainah Biela. Ainda feminismo e gênero: histórias, gênero e sexualidade, sexismo, violência e políticas públicas, religião e teologia. **Mandrágora**, São Paulo, v. 21, n. 2, p.245-255, fev. 2015. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/6236/5071>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

DORNELLES, João Ricardo W.. A internacionalização dos Direitos Humanos. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, Campo dos Goytacazes, v. 4, n. 0, p.177-195, maio 2003. Disponível em: <http://dhnet.org.br/direitos/direitosglobais/a_pdf/dornelles_internacionalizacao_dh.pdf>. Acesso em: 08 out. 2019.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 0, p.54-81, mar. 2009. Disponível em: <http://novo.more.ufsc.br/artigo_revista/inserir_artigo_revista>. Acesso em: 01 set. 2019.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas**, Natal, v. 04, n. 1, p.131-158, abr. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300/1733>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

FOWERAKER, Joe. **Theorizing social movements**. Boulder: Pluto Press, 1995.

GARCIA, Jonathan; PARKER, Richard. From global discourse to local action: the making of a sexual rights movement?. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p.13-41, jul. 2006. Disponível em: <http://novo.more.ufsc.br/artigo_revista/inserir_artigo_revista>. Acesso em: 15 set. 2019.

GONZAGA, David Pereira José. **A INTERNACIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO LGBT E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE COLETIVA TRANSNACIONAL**. 2017. 86 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Fadic, Recife, 2017. Disponível em: <<https://faculdedamas.edu.br/revistafd/index.php/academico/article/view/529/465>>. Acesso em: 05 set. 2019.

GORISCH, Patrícia Cristina Vasques de Souza. **O reconhecimento dos direitos LGBT como direitos humanos**. 2013., 101 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.unisantos.br:8181/handle/tede/1564?mode=full>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

ILGA. **The history of ILGA (1978-2018)**. 2018. Disponível em: <<https://ilga.org/ilga-history>>. Acesso em: 15 out. 2019.

JARK, Renan Batista. **ORIENT(AÇÕES) DO SUL NA AGENDA LGBTI DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU: entre identidades, colonialidade e protagonismo do Brasil**. 2019. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/191138/PGRI0062-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics**. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

_____. Transnational advocacy networks in international and regional politics.

International Social Science Journal, [s.l.], v. 51, n. 159, p.89-101, mar. 1999. Wiley.

<http://dx.doi.org/10.1111/1468-2451.00179>. Disponível em:

<<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1468-2451.00179>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

LEWIS, Elizabeth Sara. **Não é uma fase: construções identitárias em narrativas de ativistas LGBTI que se identificam como bissexuais**. 2012. 267 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Letras, Puc Rio, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

<<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=20671@1>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

MELLO E SOUZA, André de. Saúde pública, patentes e atores não estatais: a política externa do Brasil ante a epidemia de AIDS. In: PINHEIRO, L.; MILANI, C. R. S. (Org.). **Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas**. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 203-240.

NAGAMINE, Renata Reverendo Vidal K.. Os direitos de pessoas LGBTI em Uganda: Redes transnacionais de advocacy e a lei anti-homossexualidade. **Lua Nova**, São Paulo, v. 92, n. 1, p.273-302, jan. 2014. Disponível em:

<http://novo.more.ufsc.br/artigo_revista/inserir_artigo_revista>. Acesso em: 25 out. 2019.

_____. Os direitos de pessoas LGBT na ONU (2000-2016). **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, [s.l.], n. 31, p.28-56, 30 abr. 2019. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.31.03.a>.

RAO, Rahul (2015) 'Echoes of Imperialism in LGBT Activism.' In: Nicolaïdis, Kalypso and Sèbe, Berny and Maas, Gabrielle, (eds.), **Echoes of Empire: Memory, Identity and Colonial Legacies**. London: I. B. Tauris, pp. 355-372.

RODRIGUES, Vinicius Cainã Silva. De homossexual a queer: o movimento LGBT e a construção de identidades "globais". In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ESTUDOS QUEER, 1., 2018, Aracaju. **Trabalho**. Aracaju: Portal Realize, 2018. p. 1 - 9. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conqueer/trabalhos/TRABALHO_EV106_MD1_S A4_ID198_15032018235533.pdf>. Acesso em: 01 set. 2019.

SAMUELSON, Paul. **The pure theory of public expenditure**. Review of Economics and Statistics, nº 36, 1954.

STEIN, Marc. **Rethinking the Gay and Lesbian Movement**. New York: Routledge, 2012. 248 p. Disponível em: <<https://www.taylorfrancis.com/books/9780203122211>>. Acesso em: 07 ago. 2019.

TARROW, Sidney. Outsiders inside e insiders outside: entre a ação pública nacional e transnacional em prol dos direitos humanos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p.151-161, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v22n55/09.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2019.

TERTO, Angela Pires; SOUZA, Pedro Henrique Nascimento. De Stonewall à Assembleia Geral da ONU: reconhecendo os direitos LGBT. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 3, n. 6, p. 120-148, jan. 2015. ISSN 2316-8323. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/3452/2126>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

THORESON, Ryan R.. **Transnational LGBT Activism: working for sexual rights worldwide**. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 2014.

TRANSGENDER EUROPE. **Transgender Day of Visibility - 2016: Trans Murder Monitoring Update**. 2016. Disponível em: <<https://tgeu.org/transgender-day-of-visibility-2016-trans-murder-monitoring-update/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

VIEIRA JÚNIOR, Astor. Do altar para as ruas: luta, resistência e construção identitária de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. **Bagoas**, Natal, v. 02, n. 1, p.171-190, fev. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2273/1706>>. Acesso em: 20 set. 2019.

WOLF, Sherry. **Sexuality and socialism: History, Politics and Theory of LGBT Liberation**. Chicago: Haymarket Books, 2009. 336 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=d7nbAgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=lgbt+activism+history&ots=f6Jjif7_wv&sig=xPgipuB0IHGLDw6iiw7q2Z4ZNw#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 06 ago. 2019.